

WENHUA ZONGHENG

Revista do Pensamento Chinês Contemporâneo



Dezembro 2025 | Vol. 3, No. 2

Trump 2.0 e a turbulência da ordem global

Coordenação Editorial

Vijay Prashad

Tings Chak

Shiran Illanperuma

Jeff Xiong

Marco Fernandes

Grace Cao

Editores da Wenhua Zongheng

Yang Ping

Tao Qingmei

Zhou Anan

Equipe de publicação

Miguel Yoshida

Inés Chen

Kelly Echiburú

Gisela Cernadas

Deborah Veneziale

Editorial Batalla de Ideas

Luiz Felipe Albuquerque

Daniela Ruggeri

Amílcar Guerra

Uma colaboração entre:

文化纵横

tricontinental

Arte da capa: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

Yang Ping (杨平)

04 | A chegada de Trump 2.0 e a era da turbulência global

Xu Poling (徐坡岭)

10 | O colapso da ordem mundial neoliberal e a ascensão da China e da Rússia na governança global

Eric Li (李世默)

29 | A fratura do espectro ideológico global e a reglobalização do século XXI

Yin Zhiguang (殷之光)

62 | Rumo a uma ordem mundial sem hegemonia: uma proposta do sul global

Grace Cao (曹心悦)

75 | Resenha: um caminho coletivo para a revitalização rural

A chegada de Trump 2.0 e a era da turbulência global



Yang Ping (杨平) é um importante acadêmico e editor da comunidade intelectual e cultural da China. Ele é o fundador, presidente e editor-chefe da Wenhua Zongheng (文化纵横), uma das principais revistas do pensamento político e cultural contemporâneo da China. Desde sua fundação em 2008, a revista se tornou uma das plataformas de pensamento mais importantes da China. Ele também fundou a revista Strategy and Management (战略与管理) em 1993.

A chegada do segundo governo do presidente Donald Trump tem criado grande turbulência. Em pouco mais de cem dias, seu governo reduziu drasticamente o tamanho do funcionalismo público, sinalizou uma rápida retirada da Ucrânia, lançou uma nova e agressiva guerra tarifária e traiu aliados tradicionais na Europa. As novas políticas de Trump mergulharam os Estados Unidos e o mundo no caos.

Como devemos entender os padrões de governo da era Trump 2.0? Quais fatores subjacentes estão em jogo por trás de seu comportamento aparentemente arbitrário? Que impacto a era Trump 2.0 terá sobre a China e o mundo? Como o mundo mudará em decorrência disso? Essas perguntas são urgentes e prementes para pessoas que estão tomadas por ansiedade em todo o mundo.

O período entre o primeiro mandato de Trump, em 2016, e o início da era Trump 2.0, em 2024, deixou claro que sua base política é formada pelos vastos

segmentos marginalizados da sociedade dos EUA e pelos novos movimentos sociais conservadores de direita, impulsionados por esses grupos marginalizados. Trump não surgiu do nada, nem age por impulso; ele é um produto desse poderoso movimento ideológico e não sua causa. Para entender a lógica subjacente à ação de Trump, é preciso começar com sua base social e seu movimento ideológico.

Essa nova onda de conservadorismo de direita, que se espalhou amplamente nas sociedades ocidentais, difere do neoconservadorismo tradicional dos EUA. Ela é caracterizada por uma clara postura antiliberal, com manifestações externas como oposição à imigração, relativismo de gênero e livre comércio. Seus traços subjacentes, no entanto, refletem sentimentos antiglobalização, antidemocracia e antissistema. Ela não busca mais a universalidade dos valores liberais ocidentais nem acredita nas promessas de uma utopia liberal, mas, em vez disso, se recolhe aos EUA e prioriza o “America First”. Além disso, seus valores comportamentais em geral voltaram às tradições cristãs, principalmente às tradições fundamentalistas do cristianismo branco.

A ascensão arrebatadora do novo movimento conservador de direita decorre da disseminação desenfreada do capitalismo de livre mercado. Nos últimos trinta anos, desde o fim da Guerra Fria, houve uma expansão global imparável do capital e dos valores individualistas sob a bandeira do liberalismo. A ganância da burguesia norte-americana atingiu níveis nunca vistos, o que levou à exacerbação da desigualdade de renda, à erosão da moralidade social e ao desmantelamento da estrutura das comunidades. Nesse contexto, a sociedade precisava urgentemente de um movimento de proteção social para combater as forças do mercado. O novo conservadorismo de direita é um sintoma dessa necessidade de proteção social.

Sob a perspectiva da economia política marxista, o capitalismo é caracterizado por padrões cíclicos de expansão e contração. A acumulação excessiva se torna generalizada devido à superprodução, levando a um declínio na taxa média de lucro e perturbando o equilíbrio interno do capitalismo. Na era da globalização, em que as fronteiras nacionais são constantemente rompidas, esse movimento cíclico se manifesta como uma expansão rápida e desequilibrada em todos os cantos do mundo, impulsionando assim a ascensão das potências emergentes e

o declínio das potências tradicionais. A nova ideologia conservadora de direita é uma característica do declínio das potências capitalistas tradicionais.

O novo conservadorismo de direita é uma ideologia social que surge durante o declínio do capitalismo liberal. Seu nascimento e desenvolvimento seguem certos padrões. Primeiro, seu surgimento se dá em escala mundial - é um produto da expansão global do modo de produção capitalista. Em segundo lugar, ele é duradouro - enquanto a diferença de riqueza e a desintegração das comunidades causadas pelo capitalismo liberal não forem resolvidas, a ideologia do novo conservadorismo de direita persistirá. A escala e a influência dessa ideologia são inversamente proporcionais às falhas de governança do capitalismo liberal. Em terceiro lugar, ela tem características locais - o novo conservadorismo de direita se combinará com a história e as condições nacionais de diferentes países, resultando em ideologias com características distintas. Em quarto lugar, ele tem as características de seu tempo - por exemplo, a nova direita na Europa de hoje não pode se opor abertamente ao sistema democrático, porque a democracia de estilo ocidental se tornou politicamente correta e negá-la teria um custo significativo.

Dada a natureza de longo prazo da nova ideologia conservadora de direita, a era Trump é apenas o seu início. Portanto, é extremamente urgente e necessário analisar seu relacionamento com o mundo e com a China.

A ordem mundial passará por uma reorganização drástica, e o caos se tornará a norma diante da nova ideologia conservadora de direita. Como os valores do novo conservadorismo de direita são antiliberais, as alianças lideradas pelos EUA com base nos valores liberais ocidentais se dividirão, e as relações entre amigos e inimigos no mundo ocidental mudarão. Os aliados tradicionais dos EUA buscarão autonomia estratégica e se afastarão da dependência. Algumas potências de médio porte do Ocidente formarão novas alianças. Ao mesmo tempo, o novo conservadorismo de direita que está surgindo em todo o mundo buscará estabelecer uma coalizão de valores de direita - especialmente entre os novos movimentos de direita nos EUA e na Europa - que forjará rapidamente conexões espirituais e materiais profundas. Nesse contexto, os países do Sul Global se verão marginalizados pelos novos EUA de direita, porque suas preocupações com desenvolvimento e segurança não serão priorizadas. Essa dura realidade forçará alguns países do Sul Global, que antes seguiam o Norte Global, a buscar novos caminhos. Mais importante ainda, conforme a nova ideologia conservadora de direita tome conta do mundo, as regras e normas que go-

vernaram o planeta desde o fim da Guerra Fria serão quebradas (ou até mesmo completamente destruídas). À medida que o mundo enfrentar o nacionalismo estreito do “America First”, as regras globais existentes deixarão de funcionar em grande parte, e será difícil estabelecer um novo sistema internacional. A eficácia das organizações internacionais, como a Organização Mundial do Comércio e a Organização Mundial da Saúde, sofrerá um declínio significativo.

Sob a influência da ideologia neoconservadora de direita, os países ocidentais são dominados pelo nacionalismo e pelo populismo, o que torna altamente provável que aconteçam conflitos entre nações e grupos étnicos. Em um ambiente internacional como esse, não é difícil imaginar que as contradições e os conflitos levarão à guerra. Para a China, a ascensão do novo conservadorismo de direita também apresentará desafios significativos e, ao mesmo tempo, oferecerá inúmeras novas oportunidades.

Primeiro, sob a influência da nova ideologia conservadora de direita, as relações externas da China passarão por ajustes profundos. Se o governo Trump continuar a ver a China como seu principal concorrente estratégico, então a UE - que antes priorizava os valores, tendo a diplomacia como seu primeiro princípio - se distanciará dos EUA e reajustará suas relações com a China para seu próprio interesse. Da mesma forma, os aliados dos EUA na Ásia, como o Japão e a Coreia do Sul, também ajustarão suas relações com a China em resposta ao fato de os EUA seguirem estritamente seus interesses nacionais.

Segundo, a natureza da luta entre a China e o Norte Global liderado pelos EUA mudará significativamente. O foco passará da luta ideológica, centrada nos conceitos ocidentais de “democracia, liberdade e direitos humanos”, para uma luta por interesses nacionais caracterizada pela política “America First”. Como o novo conservadorismo de direita é antiliberal e xenófobo, ele não tem mais a pretensão de ser universal e, portanto, perde significativamente seu apelo para a sociedade humana. Como resultado, a principal contradição da luta ideológica da China na política internacional deixará de ser uma luta de valores e passará a ser uma luta centrada em interesses nacionais.

Terceiro, a defesa da China de uma “comunidade de futuro compartilhado para a humanidade” é uma resposta profunda ao desejo crescente da sociedade humana por novos valores universais em tempos de grande turbulência. Com o lançamento da “Iniciativa de Desenvolvimento Global”, da “Iniciativa de

Segurança Global” e da “Iniciativa de Civilização Global”, a China propôs um conjunto de valores capazes de substituir a decadente ordem liberal ocidental e traçar uma nova direção para a sociedade humana. Em um momento em que o novo conservadorismo de direita está disseminado nos EUA, a China deve defender ainda mais o conceito de “comunidade de futuro compartilhado para a humanidade” e fornecer interpretações político-econômicas e filosóficas das suas conotações teóricas profundas. O conceito deve ser teorizado e sistematizado para mobilizar o coração e a mente das pessoas nesta era de turbulência.

Finalmente, em um momento em que as relações entre amigos e inimigos estão passando por mudanças drásticas, a China deve aderir ao Sul Global como sua principal direção estratégica, unir a maioria dos países do Sul Global e formar uma “frente única” na nova era¹. O raciocínio por trás disso não é complicado. Os EUA não desistirão de sua intenção estratégica de conter a China, e a UE vacilará devido a seus valores liberais. Somente o Sul Global, especialmente os países que buscam romper com o mundo unipolar dominado pelos EUA, poderiam ser amigos da China na construção de um novo sistema internacional multipolar. A diferença entre essa estratégia e a estratégia dos “Três Mundos” de Mao Tse Tung está no fato de que a estratégia atual da China não é apenas a de criar uma vasta zona intermediária em meio à rivalidade entre os EUA e a União Soviética, mas a de liderar as nações do Sul Global na luta pela criação de um mundo multipolar igualitário e ordenado.

A chegada da era Trump 2.0 marca o início de uma grande era de caos, com a turbulência futura apenas se intensificando e superando constantemente nossas expectativas. Portanto, devemos estar preparados.

¹ A frente única (*tóngyī zhànxiàn*) constitui um dos pilares táticos do maoísmo: a política de alianças temporárias com classes heterogêneas — burguesia nacional, pequena-burguesia, setores patrióticos — contra o inimigo principal de cada conjuntura. Manifestou-se na aliança PCC-Kuomintang contra os senhores da guerra (1924-27) e na resistência conjunta à ocupação japonesa (1937-45). Fundamentada na teoria maoísta das contradições, a tática permitiu ao PCC isolar adversários, acumular forças e ampliar sua base social além do proletariado urbano — fator decisivo para a vitória de 1949.



O colapso da ordem mundial neoliberal e a ascensão da China e da Rússia na governança global



Xu Poling (徐坡岭) é um renomado economista especializado em teoria econômica mundial, macroeconomia e economia russa. Ele é diretor do Departamento de Economia Russa do Instituto de Estudos da Rússia, Europa Oriental e Ásia Central da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS). Também atua como vice-diretor do Centro de Pesquisas do Cinturão e Rota da CASS, diretor permanente da Sociedade Chinesa de Economia Mundial e Professor “Tianshan Scholar” na Universidade de Finanças e Economia de Xinjiang. Ele é autor de livros como *Um Estudo sobre a Trajetória da Transformação Econômica da Rússia* e *Uma Introdução à Economia Política da Transição*.

Para os historiadores do futuro que refletirem sobre as mudanças na ordem mundial, 2025 poderá ser considerado um ano divisor de águas, sinalizando uma grande mudança global. O maior desafio que enfrentamos hoje é o questionamento de Giovanni Arrighi sobre o que ele chamou de como será o “próximo mundo”. Esta questão reflete a ansiedade sistêmica predominante em escala global e as preocupações fundamentais de nossa era.

Durante a era Trump 1.0 (2017–2021), apesar da retirada dos Estados Unidos de várias organizações internacionais e sua promoção aberta do “America First”, que abandonou descaradamente as responsabilidades internacionais necessárias para sustentar sua dominância pós-Guerra Fria, a Europa – recorrendo à sua identidade remanescente como berço da civilização ocidental – ainda se esforçou para sustentar o edifício decadente da ordem mundial neoliberal. Com a eleição do presidente Joe Biden para a Casa Branca em 2021, os Estados Unidos voltaram ao seu conheci-

do manual de políticas baseadas em alianças e fortaleceram seus laços com a Europa. Consequentemente, os políticos neoliberais europeus ganharam um breve respiro que lhes permitiu reviver o desvanecente esplendor da hegemonia ocidental – a ordem mundial neoliberal experimentou um ressurgimento passageiro.

Com o advento do Trump 2.0 em 2025, essa ordem sofreu seu golpe final e fatal. Na 61ª Conferência de Segurança de Munique, em fevereiro de 2025, o vice-presidente americano J.D. Vance declarou abertamente que os “valores fundamentais” da Europa, incluindo liberdade de expressão e democracia, estavam regredindo, e que a maior ameaça da Europa vinha não da Rússia ou da China, mas de dentro.¹ As declarações de Vance pasmaram as elites políticas europeias. Os Estados Unidos, subsequentemente, iniciaram uma transformação sistêmica da ordem mundial. Ignorando as ansiedades de segurança da Europa, Washington abriu unilateralmente negociações para aliviar tensões com a Rússia, transferindo a responsabilidade e o fardo da crise da Ucrânia para a Europa. Em seguida, lançou uma guerra tarifária global – inclusive contra a Europa – e até mesmo reivindicou territorialmente a Groenlândia, o Canal do Panamá e o Canadá. O turbilhão de rupturas do presidente Donald Trump eclodiu as relações transatlânticas, redefiniu as relações EUA-Rússia, contornou o multilateralismo e intimidou países ao redor do mundo por meio de acordos bilaterais. Por fim, os Estados Unidos varreram a ordem internacional neoliberal pós-Guerra Fria para a lixeira da história.

Por que os Estados Unidos abandonaram a ordem mundial neoliberal que outrora promoveram e usaram para dominar o mundo? Que tipo de nova ordem mundial emergirá em meio à ascensão do conservadorismo e do populismo? No contexto do retorno estadunidense ao conservadorismo e da renovada busca da Europa por autonomia estratégica, China e Rússia – duas grandes potências ligadas por uma parceria estratégica abrangente – certamente aprofundarão sua cooperação estratégica neste mundo turbulento. Como membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) e pilares-chave da ordem internacional, qual apoio sua parceria estratégica fornecerá para a paz, segurança e estabilidade internacionais? Quais soluções de governança eles podem propor para a ordem mundial emergente?

¹ J.D. Vance, ‘Speech by JD Vance’, in *Munich Security Conference 2025: Selected Key Speeches, Vol. 2*, ed. Benedikt Franke (Munich Security Conference, 2025), 15–24.

I. A natureza e o destino histórico da ordem mundial neoliberal

A ordem mundial neoliberal caracteriza a ordem internacional que emergiu durante a era da globalização econômica. Seu domínio foi relativamente de curta duração.

O neoliberalismo, tanto como teoria econômica quanto como movimento intelectual, emergiu nas décadas de 1920 e 1930. A crise econômica global dos anos 1930 marcou o fim da era da livre concorrência capitalista. A tentativa da União Soviética de estabelecer uma economia planificada desencadeou um debate sobre o “problema do cálculo econômico”, com contribuições significativas dos economistas da Escola Austríaca Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, além do economista polonês Oskar Lange. Embora esse debate teórico não tenha produzido uma conclusão definitiva, os sucessos da economia planificada soviética e do *New Deal* do presidente americano Franklin D. Roosevelt, em lidar com a Grande Depressão, estabeleceram, na prática, a ascensão do keynesianismo no Ocidente e das economias planificadas do bloco soviético. A economia planificada no estilo soviético e os Estados de bem-estar social intervencionistas nos EUA e na Europa começaram a dominar o mundo durante a Guerra Fria. Na década de 1970, conforme as economias capitalistas lutavam contra a estagflação, o Estado de bem-estar social começou a declinar. Os princípios liberais de Hayek recuperaram proeminência, e a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher e o presidente americano Ronald Reagan iniciaram um processo de privatização e desregulamentação como remédios para o mal-estar econômico. Subsequentemente, a economia planificada soviética também caiu em uma armadilha de eficiência e abraçou o Consenso de Washington por meio de uma transição de “terapia de choque”. A livre concorrência de mercado tornou-se dominante, inaugurando a era da globalização no mundo.

Na era da globalização, a primeira etapa foi a globalização da economia de mercado, que se manifestou na integração dos mercados nacionais e na ascensão do livre comércio internacional. Na sequência, para facilitar o fluxo irrestrito do capital monopolista global e a distribuição mundial da produção, o neoliberalismo tornou-se politizado como um projeto impulsionado pelo Estado e um paradigma institucional. Este paradigma foi sintetizado pelas dez prescrições políticas do “Consenso de Washington”, termo cunhado pelo economista bri-

tânico John Williamson.² Isso marcou a afirmação ideológica da transição do capitalismo de monopólios nacionais para monopólios internacionais e serviu como uma prescrição política para permitir que o capital financeiro monopolista internacional construísse a hegemonia global. Como apontou o renomado estudioso americano Noam Chomsky em seu livro *Lucro sobre Pessoas: Neoliberalismo e Ordem Global*, “o consenso neoliberal de Washington é um conjunto de princípios orientados para o mercado, projetados pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que ele domina majoritariamente, e implementado por eles de várias maneiras”. Na introdução do livro, Robert W. McChesney enfatiza ainda que a essência do Consenso de Washington abrange três dimensões: o sistema econômico, o sistema político e o sistema cultural.³

Em termos de suas origens e substância, o neoliberalismo, como ideologia econômica e política, defende a livre concorrência, opõe-se à intervenção estatal e governamental na economia, promove a privatização e o individualismo e rejeita a propriedade pública. Na política internacional, enfatiza a abertura dos mercados nacionais, apoia o livre comércio internacional e incentiva a Divisão Internacional do Trabalho. Os neoliberais se opõem ao socialismo, ao protecionismo comercial, ao ambientalismo e ao populismo, vendo-os como obstáculos à livre concorrência.

Politicamente, o neoliberalismo foi ainda mais longe ao fornecer um “guia de instalação” para sistemas políticos e culturais correspondentes, impregnado pela arrogância do triunfalismo ocidental e pelo desprezo por outras civilizações após a vitória na Guerra Fria. *O Fim da História e o Último Homem*, de Francis Fukuyama, é uma obra representativa.⁴ Aqui, o liberalismo e o individualismo – enraizados na filosofia monoteísta cristã e na resistência do Iluminismo à opressão religiosa – são dotados de *status* sagrado. O neoliberalismo politizado eleva a liberdade ao nível de um valor central, santifica o poder e a liberdade irrestrita de uma pequena minoria e trata a democracia eleitoral – originária da Grécia Antiga – como uma ferramenta para defender esses princípios. Consequentemente, a democracia eleitoral ocidental foi deificada – nos mais de

² John Williamson, ‘What Washington Means by Reform’, in *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*, ed. John Williamson (Institute for International Economics, 1990).

³ Noam Chomsky, *O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

⁴ Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem*. São Paulo: Rocco, 2015.

30 anos desde o fim da Guerra Fria, a democracia eleitoral evoluiu como um instrumento ideológico para os EUA aproveitarem sua posição hegemônica, interferindo e derrubando governos de outros países.

Economicamente, a globalização neoliberal facilitou a alocação internacional de recursos e criou as condições para que o capital monopolista internacional estabelecesse cadeias industriais internacionais. Ao longo do curso da globalização, a internet e as tecnologias da informação deram origem a mercados financeiros internacionais que operam continuamente, permitindo que o capital financeiro internacional se envolvesse em arbitragens transfronteiriças 24 horas por dia, 7 dias por semana. Sob essa tendência, os fluxos de capital financeiro transfronteiriço – a princípio acompanhando e servindo liquidações de comércio internacional e empréstimos – passaram a ser dominados pelo capital financeiro especulativo após meados da década de 1990. A conveniência e a escala da arbitragem global pelo capital financeiro internacional logo superaram as do capital industrial, criando assim as condições para que o capital financeiro monopolista internacional ganhasse uma vantagem esmagadora sobre o capital industrial.

Entrando no século XXI, o desenvolvimento da internet e das tecnologias da informação - ao lado da abordagem *laissez-faire* dos reguladores americanos em relação à inovação financeira e políticas monetárias acomodatórias - ajudou o capital financeiro de Wall Street a ascender a uma posição de dominância incontestável nos mercados de capitais internacionais. Após a crise financeira de 2008, programas de resgate liderados por conglomerados financeiros estadunidenses estabeleceram firmemente o domínio do capital financeiro monopolista internacional na tomada de decisões econômicas e políticas globais. O fluxo internacional desse capital permitiu-lhe ainda ganhar controle sobre as cadeias industriais internacionais, monopolizando assim gradualmente os recursos internacionais e os lucros industriais. Essas entidades registram subsidiárias em todo o mundo, obscurecendo suas identidades nacionais para legitimar a pilhagem de recursos, a captura de lucros da manufatura e a especulação internacional.

No discurso político neoliberal, a livre concorrência é considerada primordial. Sob a bandeira da democracia liberal, os Estados Unidos afirmam que os direitos humanos têm precedência sobre a soberania nos assuntos internacionais,

usando isso como justificativa para interferir nos assuntos internos de outros países – e até mesmo derrubar governos em nome da justiça. Embora alguns contestem que os EUA não tomam terras estrangeiras nem se envolvem em colonialismo, uma comparação entre os vastos recursos que controla, utiliza e consome, e os custos gerados por tais recursos – juntamente com os lucros derivados de sua hegemonia financeira e tecnológica – revela que, quando o capital financeiro domina o globo, o mundo inteiro efetivamente se torna sua colônia. Não é necessário nenhum exército ou governador para extrair lucros do exterior à força. Esse controle sobre os recursos internacionais e os lucros da cadeia industrial repousa sobre o poder coercitivo da dominância tecnológica e militar. Dentro da ordem mundial neoliberal dominada pelo capital financeiro monopolista, nações ricas em recursos são incapazes de definir os preços de seus próprios recursos ou explorá-los independentemente de forças externas. Somente quando o capital financeiro estadunidense adquire propriedade ou participação nesses recursos é que eles ganham acesso aos mercados internacionais. Da mesma forma, os países envolvidos na manufatura de baixo valor agregado permanecem sujeitos à exploração e controle do capital financeiro monopolista. A hegemonia do dólar é o instrumento primário por meio do qual essa pilhagem é executada.

O economista político e historiador do capitalismo global Giovanni Arrighi observou em seus trabalhos que a financeirização é um fenômeno cíclico dentro das economias capitalistas. Ele analisou os ciclos recorrentes de expansão e colapso financeiro inerentes ao modo de produção capitalista, junto com suas raízes geopolíticas.⁵ No entanto, a expansão do capital financeiro que sustenta a ordem neoliberal difere fundamentalmente das expansões e colapsos financeiros dos sistemas capitalistas anteriores. Por exemplo, durante o final do Império Britânico, a expansão financeira e a dívida crescente eram em grande parte internas, mitigadas pela exploração e pilhagem das colônias, o que ajudou a adiar o declínio imperial. Em contraste, o capital financeiro monopolista internacional centrado em Wall Street explora o mundo inteiro por meio da hegemonia do dólar, empurrando a financeirização da economia estadunidense a alturas sem precedentes. O dólar estadunidense, a dívida do Tesouro dos EUA e as bolsas de valores estadunidenses sintetizam a hegemonia estadunidense e sua estrutura econômica. A ordem mundial dominada pelo capital finan-

⁵ Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times* [O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo] (Verso, 1994).

ceiro monopolista estadunidense é essencialmente uma pilhagem da cadeia de produção material internacional e da cadeia de valor, e a riqueza das elites financeiras estadunidenses é construída sobre acumulação predatória, levando inevitavelmente grande parte da população nos países em desenvolvimento à pobreza. Esta é a razão fundamental pela qual o sistema mundial liderado pelos EUA está destinado a ser substituído.

II. O capítulo final da ordem mundial neoliberal

A ordem mundial neoliberal criou um panorama dominado pelo capital financeiro monopolista. Dentro desta estrutura, o capital monopolista internacional detém uma vantagem esmagadora sobre empresas privadas de qualquer nação. Enquanto os Estados-nação aceitam o princípio neoliberal da chamada livre concorrência com intervenção estatal mínima, o capital monopolista internacional ganha uma vantagem competitiva inatacável, tomando o controle com facilidade dos recursos ou indústrias desses países – particularmente em nações em desenvolvimento relativamente fracas. Assim, se países ricos em recursos abandonam a intervenção estatal, eles efetivamente permitem que o capital financeiro internacional adquira participações ou até mesmo o controle total de seus recursos. Da mesma forma, se países que estão desenvolvendo seus setores de manufatura abandonarem políticas industriais, isso significaria permitir que o capital monopolista internacional extraia a maior parte dos lucros ao longo da cadeia industrial, forçando esses países a permanecerem presos nos segmentos de baixo valor agregado da cadeia. Caso essas duas condições sejam atendidas, os Estados Unidos podem manter sua posição hegemônica e continuar a extrair mais-valia da cadeia industrial internacional. Se o capital monopolista estadunidense pudesse usar seus super-lucros para resolver a grande desigualdade de renda entre as classes sociais, a ordem econômica e política neoliberal alcançaria um equilíbrio estável e autossustentável. No entanto, esta última condição é fundamentalmente incompatível com a ganância inerente do capital. Além disso, as duas condições fundamentais que sustentam a ordem internacional neoliberal enfrentaram desafios crescentes desde os anos 2000.

O primeiro desafio foi iniciado pela Rússia. Após a dissolução da União Soviética, a Rússia adotou o programa neoliberal prescrito pelo Consenso de Washington e implementou uma transição de mercado de “terapia de choque”. Na época, enfrentando grave escassez fiscal no governo federal, a

administração Yeltsin foi forçada a aceitar os termos rigorosos de empréstimo impostos pelos Estados Unidos e pelo Fundo Monetário Internacional, abrindo assim as portas para o capital monopolista internacional. Simultaneamente, a privatização em larga escala criou oligarcas privados – conglomerados financeiro-industriais capazes de desafiar a autoridade do governo federal. Esses oligarcas domésticos, aliados ao capital internacional, pilharam a riqueza da Rússia, enfraquecendo drasticamente a capacidade do governo central de governar a economia e a sociedade. Quando Vladimir Putin assumiu a presidência em 2000, sua prioridade máxima era restaurar a capacidade do Estado e reconstruir a estabilidade política e social. Suas políticas começaram com a re-nacionalização de recursos estratégicos para reafirmar o controle estatal sobre a economia e uma repressão aos oligarcas privados para restaurar a independência política do governo federal.

No entanto, as empresas russas domésticas permaneceram incapazes de competir com os monopólios internacionais em um ambiente de mercado aberto. Como resultado, o presidente Putin iniciou a formação de conglomerados corporativos massivos, incluindo Rosneft, Gazprom, Transneft, Russian Railways e Rusal – todos os quais passaram por reestruturação corporativa durante este período. Além disso, o governo federal russo estendeu apoio político a esses conglomerados para concorrência doméstica e internacional. Essas medidas, em certo grau, fortaleceram a capacidade da Rússia de resistir ao capital monopolista internacional. Após 2014, a Rússia adotou uma estratégia de substituição de importações, e a política industrial nacional evoluiu para um instrumento chave para contrapor os monopólios internacionais. As sanções abrangentes dos EUA e UE impostas à Rússia em 2022 levaram o país a abandonar completamente os princípios econômicos neoliberais e sua lógica política, marcando sua retirada completa da ordem mundial neoliberal e de seu arcabouço de governança.

O segundo desafio veio da China, que usou políticas industriais para enfraquecer o domínio dos monopólios financeiros e tecnológicos internacionais. Antes que o presidente americano Barack Obama anunciasse a política *Pivot to Asia* (Redirecionamento para a Ásia) em 2011, as políticas industriais da China eram principalmente defensivas, focadas em integrar seus abundantes recursos de mão de obra na economia moderna. Desde a reforma e abertura, a China

manteve consistentemente a abertura e integração na economia internacional como princípios fundamentais para garantir condições externas favoráveis para seu desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, a China nunca abandonou a orientação e intervenção estatal em seu crescimento econômico. Ela manteve consistentemente o controle sobre os fluxos de capital internacional e aderiu à inovação e políticas industriais como as forças motrizes por trás de seu desenvolvimento econômico, promovendo continuamente a ascensão da manufatura em direção à extremidade superior da cadeia de valor industrial.

Após ingressar na Organização Mundial do Comércio em 2001, o setor manufatureiro da China cresceu rapidamente, acompanhado por uma rápida atualização industrial e avanços tecnológicos. Após a crise financeira global, o rápido crescimento econômico da China e o desenvolvimento industrial em larga escala começaram a remodelar o panorama econômico internacional. Após a reforma cambial de 2015, quando o renminbi (RMB) transitou de um câmbio flutuante administrado e atrelado ao dólar estadunidense para um câmbio atrelado a uma cesta de moedas com um mecanismo de flutuação independente, a China começou a alterar o modelo fechado de circulação de bens e capital entre a China e os Estados Unidos. Esta reforma minou a própria base da capacidade da hegemonia do dólar de colher riqueza internacional por meio de marés financeiras. O compromisso da China em desenvolver uma economia de mercado ao mesmo tempo que utiliza firmemente o poder estatal para regular as atividades do capital monopolista internacional salvaguardou os interesses nacionais e desafiou a ordem mundial neoliberal liderada pelos EUA. Esta foi uma razão chave pela qual a administração Obama implementou a estratégia *Pivot to Asia* e buscou conter a China por meio dos padrões trabalhistas e ambientais da Parceria Transpacífico (TPP), ao mesmo tempo que defendia o princípio de que a autoridade judicial do capital monopolista internacional sobrepõe-se à soberania nacional para salvaguardar os interesses do capital monopolista estadunidense. Em resposta à supressão e contenção dos EUA, a política industrial da China tornou-se mais proativa após 2015. Com a introdução do *Made in China 2025* e o renminbi não mais atrelado ao dólar estadunidense, a lógica da hegemonia do capital financeiro americano, que colhia riqueza internacional por meio de marés de capital, começou a vacilar.

No entanto, a principal força que levou a ordem mundial neoliberal ao seu fim veio do próprio Estados Unidos. O descontentamento da Rússia com a globa-

lização neoliberal, combinado com o desafio da China à prática estadunidense de colher riqueza internacional, levou os Estados Unidos a começarem a duvidar de sua capacidade de manter o controle sobre esta ordem. A crise financeira global de 2008 marcou o ponto de partida dos esforços dos Estados Unidos para reparar a ordem mundial neoliberal. A guindada de Obama ao TPP foi uma tentativa sistemática de colocar o poder do capital monopolista internacional e a dominância financeira estadunidense acima da soberania de outras nações, visando particularmente enfraquecer o arcabouço da política industrial da China. Esses esforços acabaram falhando, o que foi um fator significativo por trás da onda de retiradas de organizações internacionais e abandono de responsabilidades globais durante o Trump 1.0.

A política externa durante o Trump 1.0 já havia começado a desestabilizar a ordem mundial neoliberal construída pelos EUA. No entanto, a hegemonia estadunidense pós-Guerra Fria foi fundamentalmente sustentada por esta mesma ordem. Conseqüentemente, após Biden entrar na Casa Branca, ele buscou reconstruir o sistema de alianças, intensificar a contenção da China e aumentar a pressão sobre a Rússia. Em 2022, com as sanções abrangentes dos EUA e UE contra a Rússia, a ordem mundial neoliberal começou a entrar em seu capítulo final. Quando Trump retornou à Casa Branca em 2025, a turbulência de políticas disruptivas de seu mandato abalou as relações transatlânticas e virou de cabeça para baixo as dinâmicas EUA-Rússia-Europa. Em 2 de abril de 2025, Trump lançou uma guerra tarifária global, desmantelando completamente os pilares fundamentais da ordem mundial neoliberal – o livre comércio e o multilateralismo.

III. Cooperação estratégica China-Rússia e a visão para o próximo mundo

Não há dúvida de que a chamada “ordem internacional liberal”, cuidadosamente construída e promovida pelos Estados Unidos, foi meramente a ordem internacional das duas décadas seguintes à Guerra Fria – uma forma de globalização política sob hegemonia unipolar impulsionada pelo neoliberalismo. Da perspectiva de Washington, esta ordem significava a liberdade do *hegemon*; da perspectiva de outros países, significava que os EUA impunham forçadamente a democracia eleitoral ocidental em todo o mundo remodelando ou derrubando

do governos estrangeiros. Esta ordem internacional não é nem livre nem justa, nem poderia representar o estado final da história humana. Com a ascensão da China e o ressurgimento da Rússia, o alcance da hegemonia estadunidense está diminuindo. Em sua tentativa de reverter sua dominância em declínio, os EUA buscaram conter e suprimir a China e a Rússia. No entanto, as contradições internas da ordem hegemônica liberal garantem que os esforços de ambos os partidos Republicano e Democrata são, em última análise, fúteis.

Como dois pilares principais da ordem mundial e do panorama internacional, China e Rússia compartilham um alto grau de consenso ao promover a reforma da governança global e ao construir uma ordem mundial mais justa e equitativa. Estadistas russos há muito tempo vislumbram um modelo totalmente novo de governança global. Ao mesmo tempo, a China apresentou a iniciativa de construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade, juntamente com conceitos e propostas políticas mais concretos, como a Iniciativa de Segurança Global, a Iniciativa de Desenvolvimento Global e a Iniciativa de Civilização Global.

China e Rússia são forças-chave na governança global, e sua parceria estratégica abrangente para uma nova era pode servir como uma pedra angular para manter a paz, a estabilidade e a segurança mundial. Os princípios defendidos por China e Rússia – como “anti-hegemonia, um mundo multipolar e a democratização da governança global” – ganharam reconhecimento da maioria dos países em todo o mundo, e o novo panorama mundial será inevitavelmente multipolar. Nesta nova ordem multipolar, como a China e a Rússia avançarão sua cooperação estratégica na governança global?

i. Consenso e propostas China-Rússia sobre governança global

Na nova era, a coordenação estratégica da China e Rússia é guiada pelos princípios de “respeito mútuo, equidade e justiça, e cooperação com benefícios mútuos (ganha-ganha)”, visando conduzir a ordem internacional em um sentido mais justo e racional. Por meio de declarações conjuntas e diálogos de alto nível, ambos os lados consistentemente alinham suas posições, servindo como uma força crucial defendendo o multilateralismo e se opondo à hegemonia unilateral na governança global. Seu consenso e propostas incluem:

Primeiro, promover a multipolaridade e a democratização das relações internacionais, defender o multilateralismo e opor-se à interferência em assuntos domésticos e à “jurisdição de longo alcance” (long-arm jurisdiction). China e Rússia defendem que a governança global seja um esforço coletivo, rejeitando o monopólio da tomada de decisão internacional por algumas poucas potências. Eles enfatizam que economias emergentes e nações em desenvolvimento devem desempenhar um papel maior nos assuntos globais e apoiar a construção de uma ordem internacional mais justa e racional. Ambos os países defendem o papel central da ONU, advogam a resolução de disputas internacionais dentro do arcabouço da ONU e participam ativamente e fortalecem mecanismos multilaterais como o G20, Brics e a Organização de Cooperação de Xangai. Ao mesmo tempo, opõem-se a interferir nos assuntos internos de outros países sob o pretexto de direitos humanos e democracia, e criticam os padrões duplos e sanções unilaterais dos países ocidentais. Finalmente, em questões como a crise na Ucrânia e a questão de Taiwan, tanto a China quanto a Rússia deixaram claro que se opõem a forças externas incitando confronto e minando a estabilidade regional.

Segundo, continuam a promover a globalização econômica e a cooperação aberta, enfrentando conjuntamente desafios globais e defendendo uma nova visão de segurança. Opõem-se ao protecionismo e às tendências de “desglobalização”, incluindo desacoplamento (*decoupling*) e ruptura de cadeias de suprimentos, apelando, em vez disso, para salvaguardar a estabilidade das cadeias industriais e de suprimentos globais. Apoiam a integração econômica regional, alinhando a Iniciativa do Cinturão e Rota com a União Econômica Eurasiática para melhorar a conectividade em todo o continente eurasiático. Também defendem respostas conjuntas a desafios globais, como mudança climática, segurança sanitária pública, terrorismo, segurança do ciberespaço e inteligência artificial. Ambos aderem a uma visão de segurança comum, abrangente, cooperativa e sustentável; rejeitam noções de “segurança absoluta” e opõem-se a confrontos militares baseados em blocos.⁶ Na Ásia, apoiam a centralidade da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e promovem o desenvolvimento de um arcabouço de segurança regional aberto e inclusivo.

⁶ “Segurança absoluta” é um conceito da política externa chinesa utilizada para criticar a abordagem expansionista e as políticas de contenção dos EUA e da OTAN. (N. E.)

Terceiro, promovem a reforma do sistema de governança global, mantendo uma ordem internacional baseada no direito internacional e defendendo o diálogo entre civilizações e o desenvolvimento inclusivo. Eles pedem o aumento da representação e voz dos países em desenvolvimento e o aumento de sua influência. Criticam alianças exclusivas ou “pequenos círculos” baseados em divisões ideológicas, defendendo, em vez disso, a cooperação inclusiva. Defendem os propósitos e princípios da Carta da ONU, opõem-se ao abuso da “jurisdição de longo alcance” e sanções unilaterais, e apoiam a melhoria do sistema legal internacional, enquanto rejeitam o uso de supostas “regras” para salvaguardar os interesses de algumas poucas nações. Advogam a igualdade entre civilizações e o aprendizado mútuo por meio de intercâmbios entre diferentes culturas, opondo-se à teoria do “choque de civilizações”. Defendem a diversidade de modelos de desenvolvimento, enfatizando que cada país deve escolher seu próprio caminho de desenvolvimento com base em suas condições nacionais e opõem-se a impor seu próprio modelo aos outros.

ii. A futura ordem mundial será realista em vez de guiada por valores

A chamada ordem internacional liberal proclamada pelo Ocidente é uma construção ilusória nascida de uma visão míope da história. Antes da moderna Revolução Industrial, a ordem mundial assemelhava-se a um mosaico composto por Estados pré-modernos que estavam amplamente isolados uns dos outros. A Revolução Industrial e o Iluminismo facilitaram o nascimento da moderna ordem internacional. Ainda assim, por séculos, as forças que impulsionaram e moldaram a evolução da ordem internacional não foram a democracia liberal, mas a guerra, a violência e o derramamento de sangue. Como o berço da ordem internacional moderna, a paz e a estabilidade efêmeras na história moderna e contemporânea da Europa foram amplamente regidas pelos princípios do realismo.

No último século, os esforços ocidentais para impor forçadamente a democracia liberal elevaram-na ao *status* de um valor simbólico supremo no discurso ideológico ocidental. Quanto à democracia eleitoral ocidental, esta forma de governança política – originária da política de cidade-estado da Grécia Antiga – tem uma “reputação mista”. A democracia eleitoral, manipulada por grupos de interesse e dinheiro, já se tornou um mal na política americana moderna. A imposição da democracia eleitoral ocidental em todo o mundo pelos Es-

tados Unidos tem sido uma razão primária pela qual muitos países caíram na “armadilha eleitoral” e na “armadilha do desenvolvimento”, enquanto eram manipulados pelo capital monopolista internacional. Então, como será a próxima ordem mundial após o neoliberalismo? Em outras palavras, que valores dominarão o mundo após o liberalismo? Atualmente, com base no consenso entre China e Rússia sobre governança global, é improvável que a futura ordem mundial tenha um conjunto unificado de valores. O realismo fornecerá a melhor caracterização de uma ordem mundial multipolar.

Alguns argumentam que o conservadorismo está se tornando a tendência dominante globalmente e que a ordem mundial emergente será conservadora. No entanto, o conservadorismo não é um sistema de valores homogêneo abstraído de diferentes civilizações. De uma perspectiva conceitual e lógica, o conservadorismo enfatiza um retorno a uma ordem construída sobre identidade familiar, comunitária e étnica. Ele não reconhece comunidades de identidade transnacional, o que também é a razão primária pela qual o nacionalismo e o conservadorismo parecem convergir na superfície. O conservadorismo baseado em etnia é, em essência, uma forma de nacionalismo voltada à defesa contra ameaças externas e à salvaguarda dos interesses do próprio grupo étnico. Para garantir sua proteção, o grupo depende do Estado como um aparato de poder coercitivo, o que eleva este conservadorismo ao nível de conservadorismo de Estado.

A Rússia exibe tendências conservadoras em sua política doméstica. Muitos estudiosos consideram que o “Putinismo” engloba elementos tanto de conservadorismo progressista quanto realista. As ideias e a ideologia defendidas pelo Putinismo podem ganhar reconhecimento do Ocidente ou do Sul Global? A resposta é, claramente, não. Portanto, ao lidar com o Sul Global, a retórica de Putin é principalmente enquadrada em termos pragmáticos, incluindo oposição à hegemonia, promoção do desenvolvimento econômico e fornecimento de assistência política e militar.

A visão da China para a ordem global, conforme articulada pelo filósofo chinês Zhao Tingyang, é baseada no conceito de *tianxia* (tudo sob o céu), com a “benevolência” (仁, *rén*) como seu núcleo moral. Ideias como uma “comunidade de futuro compartilhado para a humanidade”, a Iniciativa de Desenvolvimento Global, a Iniciativa de Segurança Global, a Iniciativa de Civilização Global e a

“modernização com características chinesas” estão todas enraizadas neste valor moral de benevolência. Mas esses conceitos podem ser articulados, caracterizados e aceitos dentro do discurso político ocidental? A resposta é igualmente clara: não podem. Portanto, a China adere ao realismo, defendendo o diálogo entre civilizações e o desenvolvimento inclusivo, sem insistir que a futura ordem mundial seja baseada em qualquer conjunto único e unificado de valores.

iii. A cooperação estratégica China-Rússia será moldada por dinâmicas triangulares com os EUA

Uma característica definidora e princípio da diplomacia de grandes potências é a independência e autonomia. Em outras palavras, as grandes potências podem contar consigo mesmas, enquanto Estados menores devem escolher lados. A parceria estratégica abrangente de coordenação China-Rússia para uma nova era defende os princípios de não aliança, não confronto e não direcionamento contra terceiros, permanecendo livre de interferência externa.⁷ Isso reflete a diplomacia independente e a busca pelos interesses estratégicos de cada lado. A cooperação estratégica China-Rússia na governança global também aderirá a esses princípios.

Se o conteúdo e a natureza da cooperação estratégica China-Rússia na governança global forem definidos por meio dos níveis bilateral, regional, multilateral e internacional, pode-se estabelecer um arcabouço mais claro. Primeiro, o alto nível de confiança política e cooperação abrangente no nível bilateral criaram condições favoráveis para a segurança, desenvolvimento e estabilidade social entre ambos. Isso serve como um modelo para as relações entre grandes potências e fornece uma pedra angular de segurança e estabilidade em um mundo turbulento. Segundo, nos níveis regional e multilateral, China e Rússia cooperam dentro de organizações multilaterais como a Organização de Cooperação de Xangai, Brics e G20, bem como por meio de iniciativas como a Iniciativa do Cinturão e Rota, a União Econômica Eurasiana, a Parceria da Grande Eurásia e a proposta da nova ordem de segurança eurásiana da Rússia.

⁷ Aqui, o termo “não aliança” é distinto do conceito de não alinhamento. Neste contexto, a não aliança se refere à recusa em formar alianças militares. (N. E.)

Terceiro, no nível global, a cooperação China-Rússia visa principalmente avançar a ordem mundial em direção a maior multipolaridade, justiça, racionalidade e democratização. O consenso e as proposições sugerem que a anti-hegemonia e a multipolaridade são os pontos de partida, enquanto estabelecer uma ordem internacional justa, racional e democrática é o objetivo final. A cooperação foca em enfrentar conjuntamente a mudança climática, melhorar a segurança sanitária pública, abordar desafios do terrorismo e cibersegurança e defender o multilateralismo e a abertura econômica.

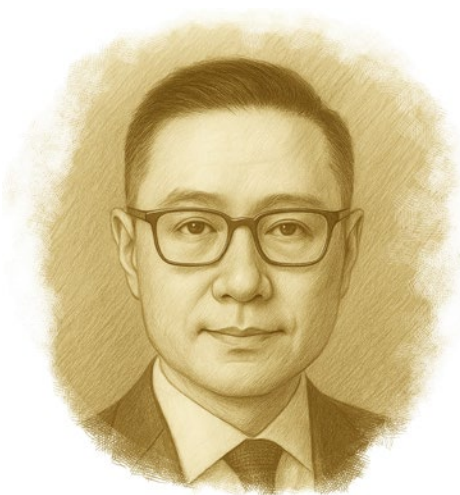
No entanto, enquanto a cooperação permanece a prioridade, também existe concorrência por influência – isso reflete os interesses diplomáticos independentes, regionais e estratégicos globais das grandes potências. Portanto, há limites para a cooperação China-Rússia na governança global e no desenvolvimento de uma nova ordem global. Os dois países alcançaram a mais alta qualidade de cooperação no nível bilateral e compartilham considerável consenso sobre governança no nível internacional. No entanto, sua cooperação no nível regional contém elementos de competição. Esta é uma característica da política internacional realista na qual a cooperação entre grandes potências deve deixar de lado fatores ideológicos e baseados em valores para tomar decisões baseadas em interesses práticos. Fomentar maiores interesses comuns e limitar o escopo e intensidade da competição mútua são as condições fundamentais para alcançar cooperação interestatal estável e de alta qualidade.

A cooperação política internacional realista também significa que a cooperação estratégica China-Rússia inevitavelmente será afetada por terceiras partes. China e Rússia aderem aos princípios de “nenhuma aliança, nenhum confronto e não direcionamento contra terceiros”, e suas relações não estão sujeitas a interferência de terceiros. No entanto, isso não significa que terceiros não influenciarão as relações China-Rússia, especialmente quando estes forem uma poderosa força internacional. Se as relações Rússia-EUA melhorarem, o espaço e o ambiente estratégico internacional da Rússia melhorarão, o que por sua vez reduz o valor da coordenação estratégica global China-Rússia para a Rússia. Por outro lado, se as relações China-EUA se deteriorarem – como quando Trump lançou uma guerra comercial contra a China – a importância da Rússia para China e EUA aumentará, permitindo que a Rússia se beneficie como espectadora. Como a influência de terceiros deve ser gerenciada? Isso requer distinguir entre interesses estratégicos e interesses táticos nas relações

trilaterais. Por exemplo, ao mesmo tempo que a Rússia acredita que o atual alívio das relações com os EUA pode facilitar intercâmbios em nome de interesses táticos, ela sabe que a confiança mútua estratégica entre si e os EUA é impossível. Esta comparação ajuda a entender melhor o alto nível de confiança política mútua e os interesses estratégicos compartilhados que formam a pedra angular das relações China-Rússia.



A fratura do espectro ideológico global e a reglobalização do século XXI



Eric Li (李世默) é um investidor de capital de risco e cientista político, que vive em Xangai. Ele é fundador e presidente do Guancha, uma das maiores plataformas de mídia da China. É membro do conselho do Instituto China da Universidade de Fudan e presidente de seu conselho consultivo, membro do conselho da Asia Society Hong Kong e membro do conselho da Escola de Negócios SciTech da Universidade de Ciência e Tecnologia da China (USTC, na sigla em inglês). É colaborador frequente de plataformas de mídia internacionais.

Desde o século XX, as ideologias políticas modernas ao redor do mundo têm sido mapeadas em um espectro binário esquerda-direita. Esta é uma abstração altamente simplificada, mas que efetivamente encapsulou a estrutura das orientações e lutas políticas tanto no interior de quase todos os países e regiões quanto entre eles por mais de um século. Um estudante de graduação em ciência política poderia enquadrar as ideologias políticas e os valores de todos os partidos e regimes neste espectro, determinando assim identidade, estabelecendo alinhamentos políticos e elaborando estratégias de luta. Contudo, nas últimas duas décadas, à medida que a globalização pós-Guerra Fria entrou em declínio depois de seu auge, este espectro ideológico se fraturou. A estrutura antes clara tornou-se difusa, e as forças políticas – tanto entre nações quanto no interior delas – se desvincularam do quadro tradicional esquerda-direita.

Este artigo, após delinear brevemente a estrutura do espectro ideológico tra-

dicional esquerda-direita, busca analisar e interpretar os processos e as forças motrizes por trás desta fragmentação, assim como a emergente ecologia ideológica pós-fratura. O objetivo é observar e explorar um novo espectro ideológico emergente e propor algumas ideias relacionadas à ordem mundial do século XXI, que a China está ajudando a remodelar.

I. Da Revolução de Outubro à Guerra Antifascista Mundial: a grande narrativa da esquerda e da direita

A Revolução de Outubro inaugurou a grande narrativa do espectro ideológico do século XX. A “esquerda” incorporava o ideal comunista, as instituições socialistas e a visão de mundo internacionalista defendida pela União Soviética. Embora tivesse sido fundamentada em mais de meio século de pensamento marxista, esta “esquerda” surgiu abruptamente como uma força política e produto da grande Revolução de Outubro. A “direita”, como força antagônica, evoluiu ao longo de trinta anos, começando com o confronto do capitalismo e do feudalismo contra a União Soviética e culminando, em última instância, no fascismo, que, com o capitalismo de Estado como sua fundação econômica, passou a ocupar a extremidade do espectro da direita.

Dentro desta grande narrativa global, os Estados Unidos e certos países da Europa Ocidental ocupavam uma posição intermediária: eles se opunham ao comunismo da esquerda ao mesmo tempo que resistiam ao fascismo da direita. Sua política doméstica se desdobrava dentro de uma pequena narrativa “esquerda-direita” – ou seja, a luta entre o campo de esquerda influenciado pela União Soviética e representando os interesses do trabalho, e o campo da direita sustentando o capitalismo e representando os interesses do capital. Nesta narrativa menor, a política estadunidense do pós-guerra se deslocou para a esquerda; a política doméstica, por fim, se consolidou no *New Deal* de Roosevelt, que protegeu o trabalho, enquanto os EUA se aliaram à União Soviética para travar uma guerra decisiva contra o fascismo.¹

¹ Richard Polenberg, *The Era of Franklin D. Roosevelt* [A era de Franklin D. Roosevelt]. London: Palgrave Macmillan, 2000.

Durante o mesmo período, a política da China estava posicionada em uma zona intermediária, mas com uma tendência de inclinação à direita. Após o fracasso da aliança entre o Kuomintang e os comunistas, aquele emergiu como uma força política que defendia firmemente os interesses das classes feudais e capitalistas dominantes. Domesticamente, o governo do Kuomintang empregou métodos fascistas para reprimir o Partido Comunista da China (PCCh). Contudo, por ter que confrontar a agressão japonesa e por depender do apoio estadunidense, ele foi incapaz de seguir um caminho fascista internacionalmente.

Naquela época, a vasta maioria das nações colonizadas e submetidas ao imperialismo na África, América Latina e Ásia em geral tendiam para a esquerda. Sua postura de esquerda refletia-se primariamente em suas posições anticoloniais e anti-imperialistas, assim como em sua luta pela independência nacional, com o marxismo-leninismo servindo como uma arma ideológica crítica contra o colonialismo e o imperialismo.² Desde então, a noção de soberania transcendeu a divisão esquerda-direita. As forças políticas em países e regiões anticoloniais engajadas em lutas de esquerda se uniram contra o imperialismo ao lutar pela soberania em escala global. No Ocidente, em oposição ao internacionalismo predominantemente de esquerda, emergiram o nacionalismo de extrema-direita (incluindo o fascismo) e facções soberanistas de direita. Nos Estados Unidos, as forças políticas que se opunham à participação na Grande Guerra e na Guerra Mundial Antifascista e resistiam à adesão à Liga das Nações pertenciam a esta última categoria.³

De modo geral, as lutas esquerda-direita dessa época estavam centradas nas convulsões sociais colocadas em movimento pela Revolução Industrial e seu impacto disruptivo em múltiplas dimensões. Dentro dos países industrializados, o domínio do capital levou a uma severa desigualdade, deixando grandes segmentos da população sem meios de subsistência seguros. Internacionalmente, as potências ocidentais que se industrializaram se engajaram em uma

² Sanjay Seth, 'Lenin's Formulation of Marxism: The Colonial Question as a National Question' [A formulação de Lenin sobre o marxismo: a questão colonial como questão nacional], *History of Political Thought* 13, n. 1 (Primavera de 1992): 99–128.

³ Jennifer Mittelstadt, historiadora da Universidade de Rutgers nos Estados Unidos, conduziu o projeto de pesquisa intitulado 'Sovereignty and Subversion: The Global Agenda of the Grassroots Right', que apresenta um estudo aprofundado dos movimentos ocidentais de direita por soberania. Seu artigo de opinião no *The New York Times* apresenta uma visão sistemática do movimento de direita por soberania nos EUA. Ver: 'Why Does Trump Threaten America's Allies? Hint: It Starts in 1919' [Por que Trump ameaça os aliados dos EUA? Dica: começa em 1919], *The New York Times*, 2 de fevereiro de 2025.

pilhagem global sem precedentes por meio da força. Em termos simples, a direita buscava proteger os interesses estabelecidos do capital e do Estado, enquanto a esquerda lutava pelos direitos dos trabalhadores e pela independência e libertação dos povos que haviam sido saqueados e colonizados.⁴

A política esquerda-direita da China naquele período espelhava este padrão global, caracterizada pela fusão da revolução comunista com a luta pela independência nacional – uma combinação que se tornou um elemento fundacional da construção do Estado da China moderna e influenciou profundamente sua trajetória futura.

II. A Guerra Fria: socialismo ou capitalismo?

Após a Guerra Mundial Antifascista, o mundo rapidamente entrou em uma Guerra Fria marcada pelo confronto entre os dois grandes blocos liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética. O espectro ideológico entre esquerda e direita tornou-se particularmente claro neste período. Durante o meio século de Guerra Fria, o bloco do Pacto de Varsóvia, liderado pela União Soviética, e o bloco ocidental baseado na OTAN, liderado pelos Estados Unidos, moldaram uma distinta paisagem global esquerda-direita. Muitos países em desenvolvimento do Terceiro Mundo escolheram lados, enquanto alguns permaneceram neutros. Por exemplo, as Filipinas e a Argentina se alinharam com a direita, enquanto a maioria das nações africanas tendia para a esquerda. Nesta paisagem global, a esquerda era representada pelo socialismo e pelo internacionalismo liderado pela União Soviética, enquanto a direita era representada pelo capitalismo e pelo “soberanismo” liderado pelos Estados Unidos.⁵

Dentro destes dois blocos, as dinâmicas políticas oscilavam em um espectro esquerda-direita menor. No Ocidente, a “esquerda” englobava a política do Estado de bem-estar social dentro de um arcabouço capitalista, apresentando alta

⁴ Jake Altman, *Socialism before Sanders: The 1930s Moment from Romance to Revisionism* [Socialismo antes de Sanders: o memento de 1930 do romance ao revisionismo]. London: Palgrave Macmillan, 2019.

⁵ Esta noção de soberanismo difere da “facção da soberania” discutida anteriormente. Refere-se a uma doutrina de soberania nacional promovida pelos Estados Unidos após à Guerra Mundial Antifascista em oposição ao internacionalismo soviético. Um estrategista representativo deste pensamento foi Hans Morgenthau. Ver: Hans Morgenthau, ‘The Problem of Sovereignty Reconsidered’ [O problema da soberania revisitado], *Columbia Law Review* 48, n. 3 (Abril de 1948): 341–365.

tributação, sistemas robustos de bem-estar e proteções trabalhistas, enquanto a direita representava uma política de proteção dos interesses capitalistas por meio de baixa tributação e governo limitado. No bloco soviético, a esquerda significava estrita adesão ao socialismo e à economia planificada, enquanto a direita era representada por defensores da introdução de elementos de economia de mercado dentro do arcabouço socialista.

Durante a Guerra Fria, a posição internacional da China atravessava o espectro ideológico, englobando tanto esquerda quanto direita. Desde a fundação da República Popular da China até a Revolução Cultural, a China era claramente inclinada à esquerda, abraçando uma economia planificada, o internacionalismo e a oposição ao revisionismo. Após a década de 1970, contudo, a China se afastou cada vez mais da União Soviética, estabeleceu relações diplomáticas com os Estados Unidos e começou a adotar o quadro da economia de mercado liderado pelo Ocidente. Isto foi visto como um deslocamento à direita em muitas análises. Alguns acadêmicos chegaram a classificar as políticas econômicas de Deng Xiaoping como uma forma de neoliberalismo.⁶

III. A Era Pós-Guerra Fria e a Globalização

Após o colapso da União Soviética, a paisagem global esquerda-direita passou por mudanças profundas. A grande divisão esquerda-direita em âmbito internacional essencialmente desapareceu, e a direita ocidental dominante da era da Guerra Fria estabeleceu uma hegemonia ideológica unipolar em escala global. Todo o arcabouço ideológico do liberalismo e do neoliberalismo transcendeu a divisão tradicional esquerda-direita, evoluindo para os chamados “valores universais” e a tese do “fim da história”. Muitos acadêmicos se referem a este período como o “momento unipolar”.⁷ Este quadro ideológico repaginou os conceitos filosóficos do Iluminismo europeu em um complexo ideológico contemporâneo de ideologias políticas, econômicas e geopolíticas que foram agressivamente promovidas mundialmente. Este complexo inclui vários ele-

⁶ David Harvey, *A Brief History of Neoliberalism* [Breve história do neoliberalismo]. Oxford: Oxford University Press, 2007.

⁷ Hal Brands, *Making the Unipolar Moment: U.S. Foreign Policy and the Rise of the Post-Cold War Order* [Criando o momento unipolar: a política externa dos EUA e a ascensão da ordem pós Guerra Fria]. Cornell University Press, 2016.

mentos centrais: o indivíduo é a unidade atômica fundamental da sociedade humana, dotado de direitos inalienáveis; eleições multipartidárias e a separação de poderes com freios e contrapesos são os únicos sistemas políticos legítimos; um judiciário independente, desvinculado da política, é o único arcabouço legal legítimo; e a economia de mercado capitalista é considerada o único sistema econômico eficaz para o mundo. Dentro deste quadro, direitos como liberdade de expressão e de imprensa, assim como identidades raciais, de gênero e de orientação sexual – e até mesmo a escolha da identidade de gênero – são vistos como ferramentas e expressões da expansão contínua da soberania individual. A essência da ideologia liberal reside em sua reivindicação de universalidade: os liberais acreditam que seus valores transcendem todas as culturas, religiões, nações e até mesmo a história, e que estes valores devem, em última instância, ser aceitos por toda a humanidade e incorporados no sistema político, nas estruturas econômicas e nas instituições sociais de cada país.

A universalização de uma ideologia enraizada no liberalismo fundamentalista, combinada com políticas econômicas neoliberais, tornou-se a narrativa abrangente dominando o mundo durante este momento unipolar. O espectro ideológico efetivamente se desvinculou da divisão tradicional esquerda-direita e a orientação política de partidos e Estados passou a depender do grau de seu alinhamento com esta grande narrativa liberal. Internacionalmente, os Estados Unidos situavam-se no ponto mais extremo do liberalismo, enquanto o extremo oposto consistia em Estados como a República Popular Democrática da Coreia e a República Islâmica do Irã, que rejeitavam o liberalismo inteiramente. Havia também casos como a Rússia, que oscilou entre uma incorporação total ao liberalismo durante a era de Boris Yeltsin e a resistência durante a era de Vladimir Putin. No front doméstico, partidos políticos em distintos países selecionavam elementos do “cardápio” do liberalismo e neoliberalismo de acordo com seus interesses e posições. Por exemplo, o Partido Democrata nos Estados Unidos inclinava-se culturalmente para a política identitária e defendia a expansão contínua de direitos relacionados a raça, gênero e orientação sexual, avançando assim os direitos individuais. Por esta razão, foram rotulados como liberais de esquerda; contudo, esta “esquerda” divergia fundamentalmente da definição de “esquerda” no espectro ideológico do século XX. Economicamente, o Partido Democrata aproximou-se cada vez mais da agenda neoliberal do Partido Republicano, enquanto ambos os partidos tendiam, cada vez mais, aos interesses do capital. Esta orientação foi denominada conservadorismo de

direita, mas também havia se afastado da “direita” do espectro ideológico do século XX. Na política internacional, tanto os intervencionistas liberais do Partido Democrata quanto os neoconservadores do Partido Republicano defendiam o uso de meios políticos, econômicos e até militares para universalizar o liberalismo.

Nesta época, a China mais uma vez ocupou uma posição intermediária. Economicamente, incorporou e desenvolveu uma economia de mercado; política, cultural e geopoliticamente, rejeitou o liberalismo e resistiu ao neoliberalismo no domínio econômico. Como resultado, a economia de mercado da China é definida como uma economia de mercado socialista, seu sistema político como uma democracia popular liderada pelo PCCh, seu Estado de direito como integrado à política, e sua cultura como uma que prioriza a soberania nacional e os interesses coletivos em detrimento do individualismo. No pós-Guerra Fria, a China rejeitou a adesão ao liberalismo e ao neoliberalismo ao mesmo tempo que absorvia aspectos da economia de mercado ocidental, tornando-se assim profundamente integrada à globalização e emergindo como uma de suas forças motrizes mais significativas. Nos assuntos internacionais, a China sustentou os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e resistiu firmemente à universalização do liberalismo ocidental.

IV. A fratura ideológica causada pela transição para um mundo multipolar

A partir da crise financeira de 2008 que eclodiu nos Estados Unidos e reverberou mundialmente até o primeiro mandato de Donald Trump como presidente, a globalização no Ocidente experimentou uma transformação profunda, levando a uma fratura ideológica em escala global. A onda de globalização, que começou no início da década de 1990 após a Guerra Fria, atingiu seu auge com a entrada da China à Organização Mundial do Comércio em 2001 e começou a recuar com a eleição de Trump em 2016. Embora esta onda de globalização tenha sido liderada sobretudo pelos Estados Unidos, que formularam as regras, ela se manifestou pela da integração comercial e financeira global. A força motriz subjacente da globalização carregava uma dimensão distintamente ideológica. Em seu núcleo estavam a visão política liberal e seu desdobramento econômico,

o neoliberalismo.⁸ A China rejeitou completamente este núcleo ideológico; contudo, integrou-se plenamente à globalização no nível econômico-estrutural e, ao aderir ao quadro da globalização, tornou-se um participante e líder importante no processo.

A globalização gerou imenso valor econômico: a China ascendeu para se tornar a maior economia do mundo em termos de paridade de poder de compra, enquanto a riqueza geral dos Estados Unidos e do Ocidente também cresceu substancialmente. Contudo, a maioria dos países e regiões no mundo em desenvolvimento viu benefícios limitados. Em uma perspectiva mais crítica, os ganhos da globalização foram distribuídos de maneira extremamente desigual dentro dos EUA e pelo Ocidente. Grupos de interesse da elite capturaram a maior parte da riqueza recém-criada, enquanto as classes médias e baixas arcam com os pesados custos econômicos e sociais da desindustrialização. Ao mesmo tempo, as perturbações culturais decorrentes da globalização e da ideologia liberal infligiram danos severos ao tecido social das sociedades ocidentais, minando a estabilidade política e o consenso social estabelecidos no Ocidente após a Guerra Mundial Antifascista.⁹

Entretanto, as alianças militares lideradas pelos EUA e pela OTAN intervieram de forma contundente nos assuntos políticos e econômicos de numerosos países e regiões. Estas intervenções variaram de medidas econômicas via instituições internacionais controladas pelo Ocidente (como o Fundo Monetário Internacional) até a orquestração de revoluções coloridas e até mesmo guerras. Tais intervenções coercitivas em larga escala foram impulsionadas tanto por interesses estratégicos quanto por imperativos ideológicos, culminando no que

⁸ Em setembro de 1993, Anthony Lake, então Assistente do Presidente para Assuntos de Segurança Nacional, proferiu um discurso intitulado 'From Containment to Enlargement', que marcou uma mudança estratégica na política externa dos EUA da doutrina de contenção da era da Guerra Fria para uma estratégia mais proativa de ampliação. Esta nova abordagem enfatizava o apoio à democracia liberal e às economias de mercado e visava moldar uma ordem mundial alinhada com os valores e interesses dos EUA por meio do poder econômico e da cooperação multilateral. Ver: 'Remarks of Anthony Lake: Assistant to the President for National Security Affairs: From Containment to Enlargement' [Observações de Anthony Lake: assessor do presidente para assuntos de segurança nacional: da contenção à expansão], Johns Hopkins University, 26 de setembro de 1993.

⁹ Os seguintes trabalhos analisam as perturbações internas que a globalização causou dentro das sociedades ocidentais: Thomas Piketty, *Capital in the Twenty-First Century* [O capital no século XXI]. Harvard: Harvard University Press, 2014; Charles Murray, *Coming Apart: The State of White America, 1960–2010* [Desmoronando: o Estado da América Branca, 1960–2010]. London: Forum Books, 2013; Robert D. Putnam, *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community* [Jogando boliche sozinho: o colapso e o ressurgimento da comunidade americana]. New York: Simon and Schuster, 2000; J. D. Vance, *Hillbilly Elegy: A Memoir of a Family and Culture in Crisis* [Elegia caipira: uma memória de família e cultura em crise]. London: HarperCollins, 2016.

o historiador britânico Paul Kennedy denominou “hiperextensão imperial”.¹⁰ Esta hiperextensão impôs enormes custos estruturais aos EUA e ao Ocidente como um todo, aprofundando suas fraturas sociais e políticas internas.

Neste contexto, o espectro ideológico esquerda-direita relativamente estável do século XX passou por uma fratura significativa.

i. Estados Unidos

Após o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria, o grande espectro esquerda-direita essencialmente desapareceu dentro dos Estados Unidos e no Ocidente. A antiga direita tornou-se a totalidade do espectro político, dentro do qual uma divisão ideológica esquerda-direita menor englobava todos os debates políticos. Neste espectro mais limitado, as diferenças em política econômica e externa diminuíram consideravelmente. Economicamente, a esquerda, representada pelo Partido Democrata, havia, desde o Presidente Bill Clinton, abandonado, em boa medida, os interesses dos trabalhadores e se inclinado para o neoliberalismo – defendendo governo reduzido, bem-estar diminuído, proteção do capital e livre comércio. Em âmbito socioeconômico, ambos os partidos ficaram do lado dos interesses capitalistas e promoveram a desindustrialização dos EUA. Em relação à política de imigração, ambos os partidos geralmente apoiavam os direitos dos imigrantes e adotavam posturas relativamente brandas sobre imigração ilegal, diferindo apenas em grau. Nos assuntos externos, o Partido Democrata praticamente abandonou o caminho pacifista antes associado à esquerda ao desenvolver políticas intervencionistas liberais, incluindo o uso de força militar. Clinton e o Primeiro-Ministro britânico Tony Blair foram políticos representativos desta chamada “Terceira Via” ou “Cami-

¹⁰ O historiador britânico Paul Kennedy propôs a teoria da “hiperextensão imperial”, argumentando que Estados hegemônicos na história frequentemente entraram em declínio devido a um desequilíbrio entre compromissos externos e recursos internos. Ele alertou que os Estados Unidos poderiam seguir uma trajetória similar. Esta perspectiva despertou intenso debate entre estrategistas e políticos nos Estados Unidos durante os anos finais da Guerra Fria. Ver: Paul Kennedy, *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000* [A ascensão e queda das grandes potências: mudança econômica e conflito militar de 1500 a 2000]. Vintage, 1988.

nho do Meio”, com o primeiro realizando intervenções militares na Iugoslávia e o último apoiando fortemente a Guerra do Iraque.¹¹

A direita era representada pelo Partido Republicano, que deu origem às políticas econômicas neoliberais. Eles apoiavam governo reduzido, impostos baixos, bem-estar limitado, a proteção do capital e o livre comércio de maneira ainda mais incisiva que os Democratas. Nos assuntos internacionais, sua orientação política é guiada pelo neoconservadorismo, que está essencialmente na mesma linha das políticas intervencionistas liberais do Partido Democrata.¹² Sob esta direção política compartilhada, durante os 24 anos das presidências de Clinton, George W. Bush e Barack Obama, revoluções coloridas e conflitos militares persistiram sem pausa, e os gastos com defesa aumentaram constantemente.

Dentro deste espectro esquerda-direita reduzido, as diferenças entre os Democratas, com tendência à esquerda, e os Republicanos, com tendência à direita, concentravam-se mais em valores culturais, política racial e políticas ambientais ou climáticas. Os dois lados entravam em choque direto na questão de valores: os Democratas insistiam na legalização do aborto, enquanto os Republicanos buscavam restringi-lo; os Democratas visavam regular a posse privada de armas, enquanto os Republicanos viam o direito às armas como constitucionalmente garantido. Os Democratas defendiam o chamado multiculturalismo, promovendo uma política identitária para minorias étnicas e sexuais. Na política, implementaram o que é conhecido como ação afirmativa proativa, continuamente demandando tratamento preferencial para minorias étnicas e grupos de minoria sexual no acesso à escola e no mercado de trabalho. Ao longo de anos de evolução, estas proposições políticas desenvolveram-se no que é conhecido como “wokeísmo”. A maioria dos Republicanos se opõe a estas políticas identitárias e defende a preservação de uma forma mais clássica de individualismo. Vale notar que a política identitária defendida pelos Democratas não é algo coletivo, mas sim uma manifestação de individualismo amplificado – visando ajudar indivíduos dentro de certos grupos identitários a superar valores sociais tradicionais vistos como barreiras ao desenvolvimento

¹¹ Flavio Romano, *Clinton and Blair: The Political Economy of the Third Way* [Clinton e Blair: a economia política da terceira via]. London: Routledge, 2005; Hubert Zimmermann, *The End of the Age of Military Intervention: Liberal Interventionism and Global Order Since the End of the Cold War* [O fim da era da intervenção militar: intervencionismo liberal e ordem global a partir do fim da Guerra Fria]. London: Routledge, 2023.

¹² Justin Vaïsse, ‘Neoconservatism and American Foreign Policy’ [Neoconservadorismo e política externa estadunidense], Brookings Institution, 3 de agosto de 2010.

pessoal. A linhagem ideológica do wokeísmo deriva de uma forma extrema do liberalismo moderno.¹³ Nas questões ambientais e climáticas, os Democratas normalmente defendem regulação mais rigorosa das empresas e leis ambientais mais estritas, enquanto os Republicanos tendem a favorecer mercados livres e menos restrições empresariais.

Este pequeno quadro esquerda-direita foi completamente despedaçado em 2016. De um lado do novo espectro está a ideologia inteiramente nova representada pelo movimento “Make America Great Again” (MAGA), e do outro está a ideologia liberal que abrangeu o centro-esquerda e o centro-direita ao longo do pós-Guerra Fria. Muitos veículos de mídia categorizam o movimento MAGA liderado por Trump como de direita ou até de extrema-direita. Embora algumas das posturas políticas do MAGA – como a oposição à legalização do aborto – alinhem-se com a direita no antigo espectro esquerda-direita reduzido, esta classificação é equivocada. Muitas das posições políticas centrais do MAGA, como o protecionismo comercial e a reindustrialização, estão de fato mais próximas da esquerda no espectro esquerda-direita da Guerra Fria.

A turbulência ideológica causada pelo MAGA foi revelada de forma contundente nos alinhamentos políticos durante a eleição presidencial de 2024. A candidata presidencial democrata Kamala Harris recebeu e acolheu o endosso do ex-vice-presidente republicano Dick Cheney, enquanto a filha de Cheney, Liz Cheney, uma congressista republicana, participou ativamente da campanha para Harris. Há muito tempo Cheney é um político de direita profundamente desprezado pelo Partido Democrata. Muitas figuras do *establishment* enraizadas no Partido Republicano, incluindo George H. W. Bush e George W. Bush, opuseram-se de forma ferrenha a Trump e ao movimento MAGA desde 2016. A academia ocidental contemporânea, as elites políticas e a mídia *mainstream* frequentemente rotulam o MAGA e suas contrapartes europeias como “populismo”. Contudo, a definição de populismo aqui permanece vaga. Este é basicamente um rótulo negativo aplicado pelo *establishment* ocidental para marcar um movimento que está desafiando de maneira essencial as fundações da ideologia liberal como mera ignorância e anti-intelectualismo.

¹³ Eric Kaufmann, ‘Left-Modernist Extremism’ [Extremismo modernista de esquerda], IN: *The Palgrave Handbook of Left-Wing Extremism*, vol. 2, ed. Jens Rydgren (Springer Nature Switzerland, 2023), 295–311.

O verdadeiro significado do MAGA vai muito além do que é denominado populismo; ele desmonta o antigo quadro esquerda-direita reduzido e pode criar um novo grande espectro político nos EUA – e potencialmente em todo o mundo ocidental. No discurso político e na terminologia teórica, forças revolucionárias são frequentemente colocadas na esquerda, enquanto forças conservadoras são postas na direita. Visto que o MAGA é claramente um movimento antissistêmico, com sua força opositora sendo as forças relativamente conservadora que buscam preservar a ordem liberal, ele poderia ser provisoriamente colocado na esquerda deste espectro político emergente. Enquanto isso, o *establishment* liberal tanto do Partido Republicano quanto do Democrata poderia ser posto na direita.

A facção MAGA agora entrou na Casa Branca, conquistou maiorias em ambas as câmaras do Congresso e conta com uma maioria de juízes da Suprema Corte com tendências favoráveis à sua política. Sua orientação de política doméstica vai contra o consenso bipartidário que se formou ao longo de décadas no espectro esquerda-direita reduzido. Em termos de valores culturais, a facção MAGA reverteu a política *mainstream* das décadas recentes, desmontando rápida e assertivamente numerosas políticas *woke* no governo e na sociedade e tentando reinstaurar culturalmente valores cristãos tradicionais. Também está aplicando medidas anti-imigração mais rigorosas. Na governança social e econômica, a facção MAGA incorpora uma forma pronunciada de libertarianismo, sendo Elon Musk uma das uma figura mais representativas. É crucial notar que libertarianismo e liberalismo são fundamentalmente diferentes – e em muitos aspectos até opostos. A liberdade libertária é desprovida de valores liberais; é amoral.¹⁴ Na política externa, a facção MAGA descartou rápida e abrangentemente todo arcabouço político do *establishment* liberal. Talvez a mudança de curto prazo mais significativa seja a mudança de posição de um apoio consistente à Ucrânia contra a Rússia para uma grande aceitação da narrativa russa do conflito, contornando a Europa e a Ucrânia para buscar negociações para um cessar-fogo e movendo-se em direção à reaproximação com a Rússia. A visão de política externa do MAGA parece combinar isolacionismo com expansionismo. Embora isto possa parecer contraditório, não precisa ser. A trajetória política da facção MAGA provavelmente se assemelhará ao expansionismo linha-dura ao estilo Theodore

¹⁴ Samuel Freeman, 'Illiberal Libertarians: Why Libertarianism Is Not a Liberal View' [Libertários iliberais: por que o libertarianismo não é uma visão liberal], *Philosophy & Public Affairs* 30, no. 2, April 2001: 105–151.

Roosevelt, mas desta vez focado no Hemisfério Ocidental, impulsionado sobretudo por interesses realistas com pouco conteúdo ideológico. Há uma probabilidade substantiva de presença militar reduzida dos EUA no Pacífico Ocidental e até na Europa. Além disso, as tendências libertárias do MAGA estão reduzindo fortemente o componente ideológico da política externa dos EUA; intervenções nos assuntos internos de outros países sob o pretexto de “valores universais” provavelmente diminuirão de forma significativa. Nos primeiros cem dias de sua gestão, Trump desmontou várias instituições importantes que haviam impulsionado propaganda ideológica para “revoluções coloridas” no exterior por décadas.¹⁵

Os desenvolvimentos mais significativos situam-se no domínio ideológico. A formação do movimento MAGA está enraizada em condições sociais, econômicas e históricas profundas. Durante o pós-Guerra Fria, as forças políticas liberais ganharam comando tanto no Partido Republicano quanto no Democrata, tomando controle dos mecanismos de poder do sistema político dos EUA e do discurso social. Sua divulgação da globalização capitalista, da política *woke* individualista extrema e da propagação global de valores universais corroeu a coesão interna da sociedade estadunidense, resultando em uma divisão interna sem precedentes em quase um século. Olhando retrospectivamente para as tendências ideológicas dentro dos EUA nas últimas duas décadas, a real linha de fratura não está entre a política tradicional democrata e republicana, mas entre as forças defendendo a ordem liberal pós-Guerra Fria e o contragolpe coletivo de grupos desfavorecidos por aquela ordem. Este último agora parece ter tomado controle do Partido Republicano, enquanto o Partido Democrata permanece firmemente nas mãos do *establishment* liberal. Agora, os liberais dentro do Partido Republicano, ou estão em silêncio, ou abertamente alinhados com os Democratas.

Isso também se aplica em âmbito internacional. O discurso do vice-presidente J. D. Vance na Conferência de Segurança de Munique¹⁶ e o confronto no final de fevereiro entre Trump, Vance e o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky

¹⁵ Tyler Pager, ‘Trump Orders Gutting of 7 Agencies, Including Voice of America’s Parent’ [Trump ordena o desmantelamento de sete agências, incluindo a controladora da Voz da América], *The New York Times*, 15 March 2025.

¹⁶ J. D. Vance, ‘Remarks by the Vice President at the Munich Security Conference’ [Observações do vice-presidente na conferência de Segurança de Munique], *Office of the Vice President of the United States*, 14 de fevereiro de 2025.

na Casa Branca esclareceram que a posição dos EUA no espectro ideológico global passou por uma ruptura qualitativa, colocando-o em oposição direta às forças que apoiam a ordem ideológica liberal. As forças políticas iliberais que haviam sido marginalizadas na Europa durante o pós-Guerra Fria – como o Presidente Viktor Orbán na Hungria e a Alternativa para a Alemanha (AfD) – subitamente encontraram um novo e poderoso porta-estandarte. Os EUA agora estão abandonando o consenso bipartidário do intervencionismo liberal e do neoconservadorismo que definiu o espectro esquerda-direita reduzido pós-Guerra Fria, reposicionando-se como um proponente do realismo iliberal. Esta mudança é exemplificada pelas guerras comerciais tarifárias da administração Trump. No passado, as ofensivas econômicas impulsionadas pelo *establishment* contra a China tinham um enquadramento ideológico. Por exemplo, a administração Biden colocou grande ênfase em unir países liberais que compartilham valores dos EUA para conjuntamente conter a ascensão econômica da China. Em contraste, as guerras tarifárias de Trump têm como alvo todos os países, incluindo aliados ocidentais liberais, com um pragmatismo em que os interesses superam a ideologia. No espectro ideológico da política externa dos EUA, a nova divisão pode ser descrita da seguinte forma: na esquerda, a facção “revolucionária” realista iliberal, e na direita, a facção do *establishment* conservador liberal.

O impacto do movimento MAGA sobre a China é indubitavelmente profundo. Dado o papel central das relações EUA-China na ordem global do século XXI, suas implicações para o mundo são enormes. No momento, a política dos EUA em relação à China está passando por uma mudança rápida – da estratégia abrangente da administração Biden de alinhamento ideológico, político, econômico e militar voltado para a contenção para um confronto econômico mais unilateral impulsionado pelos interesses dos EUA. Se esta mudança persistirá, resta ver. A abordagem atual da China parece ser uma reação moderada enquanto observa de perto a evolução da situação.

ii. Europa

Uma fratura ideológica semelhante à que ocorreu nos EUA está se desdobrando na Europa, por razões sobrepostas e distintas, embora com intensidade variável. Intelectualmente, muitas nações europeias têm refletido sobre o libe-

ralismo há anos. O modelo de Estado de bem-estar social da Europa tem servido como um contrapeso parcial à desigualdade e fragmentação causadas pelo capitalismo ao estilo estadunidense. Contudo, em muitos domínios sociais e culturais, a política transnacional da UE e o grande influxo de imigrantes – especialmente de países de maioria muçulmana – também estão remodelando as linhas de fratura políticas originais dentro das nações europeias.¹⁷ Alguns países ultrapassaram o movimento MAGA dos EUA ao tomar o poder e remodelar suas estruturas socio-ideológicas, sendo Hungria e Polônia exemplos proeminentes e a Itália potencialmente seguindo o mesmo caminho. Nas principais nações europeias, as forças políticas antiliberais e iliberais estão constantemente ganhando terreno. O Reagrupamento Nacional da França, a AfD da Alemanha e as forças políticas que emergiram do Brexit no Reino Unido contam com um apoio popular significativo e têm o potencial de conquistar a liderança nacional. Tendências similares são visíveis em diversos Estados de médio porte, como o Partido pela Liberdade dos Países Baixos, o Direção–Social Democracia da Eslováquia, o Partido da Liberdade da Áustria, assim como na Romênia, onde Călin Georgescu (que foi impedido de concorrer às eleições de maio de 2025) e George Simion (que venceu o primeiro turno da eleição) conquistaram influência notável. Vale destacar que o caminho para o poder das forças antiliberais e iliberais da Europa difere daquele nos EUA, onde o movimento MAGA ascendeu ao poder ao assumir o controle do Partido Republicano. Em contraste, na Europa, estas forças estão frequentemente construindo novos partidos de baixo para cima – um fator que pode resultar em uma maior resistência a ser enfrentada pelas forças iliberais e antiliberais na Europa.

Devido à diversidade e ao número de países da Europa, ainda não emergiu um movimento ou organização política comparável ao MAGA que abarque todo o continente. Por enquanto, podemos tomar emprestado o termo do Primeiro-Ministro húngaro Viktor Orbán, “liberalismo”, para descrever esta força política que pode estar em processo de subversão da ideologia liberal e do ar-

¹⁷ Desde a crise financeira global de 2008, a Europa tem assistido a um aumento de obras políticas e intelectuais que refletem sobre o liberalismo, expressando preocupação com o multiculturalismo, a globalização e a erosão da identidade nacional. Por exemplo, o comentarista francês de direita Éric Zemmour criticou duramente o liberalismo e a política de imigração em *La France n'a pas dit son dernier mot* (2021). O ex-membro do conselho do Bundesbank alemão, Thilo Sarrazin, argumentou em *Deutschland schafft sich ab* (2010) que a imigração muçulmana em grande escala prejudicaria a cultura, a educação e a coesão social da Alemanha..

cabouço institucional da Europa.¹⁸ Apesar de operar dentro de ambientes políticos domésticos muito diferentes, estes partidos compartilham posturas muito similares em diversas questões políticas e de políticas públicas. Estão unidos ao clamar por políticas de imigração mais rigorosas; para eles, a imigração não é meramente uma questão econômica mas, mais importante ainda, uma questão de cultura e identidade. A percepção de diluição e erosão da cultura e sociedade europeias causadas pela imigração muçulmana em larga escala tem sido uma fonte crítica do pensamento iliberal na Europa por décadas. Ao mesmo tempo, estes partidos rejeitam o *wokeísmo*, que se origina, em boa medida, nos EUA, insistindo que a Europa deve sustentar suas fundações culturais cristãs. Este senso de crise decorrente da percepção da erosão da cultura ocidental levou a um fenômeno interessante: algumas forças políticas liberais em países europeus divergiram, pelo menos formalmente, da marca estadunidense de liberalismo identitário quando se trata do chamado multiculturalismo. Alguns até defendem a imposição do secularismo social através de medidas legais, como a legislação francesa que proíbe mulheres muçulmanas de usar véus faciais em público.

Enquanto isso, a determinação dos iliberais europeus de preservar a autenticidade cultural fez com que a maioria dos partidos e organizações iliberais em vários países se opusesse à expansão do poder político da UE e à ideologia liberal por trás dela, defendendo, em vez disso, a preservação da soberania nacional, da integridade cultural e das estruturas sociais. Nos assuntos externos fora da UE, o terreno comum mais significativo entre as forças iliberais da Europa é sua postura pró-Rússia. Com exceção da Itália e da Polônia, quase todos os partidos iliberais defendem a reaproximação com a Rússia e, em graus variados, opõem-se ao apoio contínuo à Ucrânia.

A reeleição de Trump em 2024 forneceu um forte impulso ao pensamento e à política iliberais na Europa. Se estas forças serão capazes de capitalizar este momento para expandir sua influência e capturar mais governos nos próximos anos – ou se, em vez disso, serão estrangidas pelo impacto negativo das po-

¹⁸ Em 26 de julho de 2014, na 25ª edição da Universidade Livre de Verão e Acampamento Estudantil de Bálványos, Viktor Orbán introduziu o conceito de “iliberalismo”, afirmando que a Hungria estava construindo um Estado iliberal. Ele citou países como Cingapura e China como modelos de sucesso que alcançaram desenvolvimento econômico sem serem Estados liberais.

líticas “America First” impulsionadas pelos interesses da administração Trump – ainda deve ser analisado.

Para a China, a ideologia e a política iliberais da Europa têm uma história mais longa do que nos EUA, oferecendo pontos de referência valiosos. Um padrão claro é que vários partidos e Estados iliberais importantes são particularmente amigáveis em relação à China. A Hungria destaca-se como o governo mais pró-China na Europa, e a Sérvia compartilha uma orientação similar. A AfD da Alemanha também manteve uma postura consistentemente positiva em relação à China ao longo dos anos. Naturalmente, há partidos iliberais que são mais belicosos em relação à China, como aqueles na Polônia e na Itália, mas mesmo estes não têm sido mais linha-dura do que os regimes liberais – incluindo a própria UE – em relação à China. Da mesma forma, alguns governos liberais tradicionais têm sido relativamente moderados, como a Espanha, que mantém um relacionamento forte com a China.

iii. Rússia e outras forças iliberais ocidentais

Na fratura e evolução em curso do espectro ideológico global, a Rússia é inquestionavelmente um ator central. Se fôssemos posicionar países no grande espectro emergente esquerda-direita, a Rússia indubitavelmente cairia na extrema-esquerda entre as forças revolucionárias antiliberais. Na transformação global do espectro ideológico, a Rússia destaca-se como um dos principais temas de estudo e análise. Na era pós-Guerra Fria, a Rússia experimentou um dos ciclos mais completos de transformação nacional. Com o colapso da União Soviética, a ideologia da Rússia inclinou-se totalmente para o liberalismo ocidental: seu sistema político, estrutura econômica e valores socioculturais foram abrangentemente modelados de acordo com os do Ocidente. Economicamente, o neoliberalismo da Rússia foi ainda mais longe do que o dos EUA. Contudo, durante a década de Yeltsin no poder, o Estado russo sofreu um declínio dramático, passando de uma superpotência global para algo próximo de um Estado falido. Mesmo assim, quando Vladimir Putin assumiu a presidência em

2000, ele inicialmente seguiu o caminho da ocidentalização, até expressando a disposição da Rússia de ingressar na OTAN.¹⁹

Contudo, a Rússia contrasta fortemente com os outros ex-Estados soviéticos. Enquanto alguns países menores do Leste Europeu abraçaram o liberalismo por completo e foram absorvidos econômica, cultural e estruturalmente na ordem ocidental, o tamanho e a trajetória histórica da Rússia tornaram tal integração rápida inviável. O que não pode ser integrado deve ser vigiado. Nas mais de duas décadas seguintes à Guerra Fria, o Ocidente abandonou a postura e as promessas feitas de não expandir a OTAN após o fim da Guerra Fria.²⁰ Em vez disso, a OTAN expandiu-se para o leste para incluir a maioria dos países que fizeram parte do Pacto de Varsóvia e muitas ex-repúblicas soviéticas, pressionando assim as fronteiras da Rússia.

Ao mesmo tempo, a própria situação da Rússia passou por mudanças significativas. Putin liderou a Rússia a uma ampla recuperação econômica e social por meio da centralização do poder e ao efetivamente aproveitar a elevação nos preços da energia trazida pelo crescimento econômico global. O *status* internacional da Rússia melhorou de forma correspondente. Durante este processo de colapso e recuperação, as elites da Rússia e vários estratos sociais começa-

¹⁹ Após os ataques de 11 de setembro, Vladimir Putin declarou rapidamente, em um discurso televisionado, seu apoio à coalizão antiterrorista liderada pelos EUA. Ele expressou a disposição da Rússia em ajudar a Aliança do Norte, permitir o acesso militar dos EUA à Ásia Central e sinalizou interesse em garantir concessões americanas em matéria de comércio e segurança em troca de cooperação no combate ao terrorismo. Estas incluíam o levantamento das restrições comerciais da era da Guerra Fria, a reestruturação da dívida, a adesão à Organização Mundial do Comércio e, mais importante ainda, o adiamento ou cancelamento da expansão da OTAN para leste. Putin chegou mesmo a deixar em aberto a possibilidade de a Rússia vir a aderir à OTAN. Ver: Peter Baker e Susan Glasser, *Kremlin Rising: Vladimir Putin's Russia and the End of Revolution* [A ascensão do Kremlin: a Rússia de Vladimir Putin e o fim da revolução]. Scribner, 2005, p. 83–84.

²⁰ Em 1990, o então Secretário de Estado dos EUA, Baker, garantiu informalmente a Mikhail Gorbachev que a OTAN não se expandiria “nem um centímetro para o leste”. Nas décadas seguintes, porém, a OTAN expandiu-se de forma constante e iniciou “diálogos intensivos” com a Ucrânia e a Geórgia, aproximando as fronteiras militares da Rússia. Para muitas elites russas, isso foi uma violação fundamental do consenso de segurança europeu do pós-guerra. A pressão estratégica resultante intensificou a sensação de insegurança da Rússia. Ver: Timothy J. Colton, *Russia: What Everyone Needs to Know* [O que todo mundo precisa saber]. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 121–125.

ram a refletir sobre a ocidentalização abrangente que seguiu a Guerra Fria.²¹ Politicamente, a Rússia não pôde romper de imediato a constituição liberal estabelecida após o fim da Guerra Fria. Contudo, a administração de Putin usou vários mecanismos legais para contornar a intenção liberal da constituição e alcançar os resultados políticos iliberais que a Rússia necessitava. O exemplo mais marcante é a manutenção contínua de Putin no poder por meio da troca estratégica de papéis presidenciais e de primeiro-ministro com Medvedev. Socialmente, Putin consolidou a sociedade civil liberal outrora altamente fragmentada que havia estado em oposição ao governo e a remodelou em uma estrutura social relativamente unificada. A mídia também mudou gradualmente de sua orientação liberal anterior para um ecossistema largamente alinhado com os interesses gerais do Estado. A dimensão econômica é relativamente complexa. Na década seguinte à Guerra Fria, a privatização tornou a economia da Rússia controlada pelo capital ocidental e pelos oligarcas, efetivamente transformando-a em uma economia neoliberal extrema. Após chegar ao poder, Putin eliminou oligarcas com ambições políticas, consolidou aqueles dispostos a se desenvolver sob a autoridade do Estado e reconstruiu diversas empresas estatais, sobretudo no setor energético.²² A economia da Rússia recuperou-se de forma relativamente rápida durante os dois primeiros mandatos de Putin.

Em termos de valores culturais, a era Putin testemunhou o restabelecimento da cultura tradicional central da Rússia. O cristianismo ortodoxo russo passou a moldar um senso abrangente de identidade em todos os aspectos das estruturas políticas e sociais do país. Do colapso da ideologia soviética, passando por uma ampla fase de transformação liberal, até um retorno às suas tradições religiosas e culturais milenares – e construindo coesão social sustentável sobre esta fundação – a Rússia alcançou uma transformação notável. Em termos de valores culturais, a Rússia tornou-se um Estado ideologicamente emblemático para

²¹ Por exemplo, Alexander Dugin, uma figura proeminente do “neo- Eurasianismo”, argumentou que a civilização russa é distinta tanto do Oriente quanto do Ocidente e deve ser fundamentada nos valores do Estado, da nação e da religião para resistir à invasão cultural e política ocidental. Yevgeny Primakov promoveu a ideia de um “mundo multipolar”, enfatizando que a Rússia deveria agir como uma grande potência independente nas relações internacionais, em vez de seguir uma ordem unipolar liderada pelos Estados Unidos. Ver: Alexander Dugin, *The Fourth Political Theory* [A quarta teoria política], vol. 1, Arktos, 2012; Yevgeny Primakov, *Russian Crossroads: Toward the New Millennium*. Yale: Yale University Press, 2008.

²² David M. Kotz and Fred Weir, *Russia's Path from Gorbachev to Putin: The Demise of the Soviet System and the New Russia* [O caminho da Rússia de Gorbachev a Putin: a morte do sistema soviético e a nova Rússia] [《从戈尔巴乔夫到普京的俄罗斯道路：苏联体制的终结和新俄罗斯》], trans. Li Xiuhui [李秀慧译], (China Renmin University Press [中国人民大学出版社], 2015).

forças não liberais e antiliberais no mundo. Muitas das políticas “*anti-woke*” da Rússia tem forte ressonância entre os não liberais no Ocidente.²³ Movimentos políticos não liberais em vários países europeus geralmente consideram a Rússia como um aliado ideológico, um sentimento compartilhado por numerosas instituições antiliberais e figuras anti-woke nos EUA também.²⁴

Do plano da OTAN para expansão contínua para o leste em 2008 ao conflito da Crimeia em 2014, as tensões entre a Rússia e a aliança militar ocidental liderada pelos EUA atingiram um ponto de ebulição durante o conflito na Ucrânia em 2022, culminando em uma ruptura completa. Com base em seus fundamentos políticos, econômicos e culturais, esta ruptura com o Ocidente fez da Rússia a mais proeminente potência não liberal ou antiliberal do mundo, ocupando uma posição distinta e crucial no novo e emergente espectro ideológico esquerda-direita e continuando a moldar sua evolução em todo o mundo.

Ideologicamente, a Hungria é agora o país mais estreitamente alinhado com a Rússia. Sob a liderança de Viktor Orbán, a Hungria passou por uma transformação política, cultural e social abrangente, reivindicando um modelo de governança e uma identidade ideológica caracterizada como democracia iliberal.²⁵ Com a ascensão contínua do movimento MAGA, forças não liberais nas sociedades ocidentais provavelmente emergirão em maior número, e algumas podem ganhar poder político. Isto promoverá e solidificará ainda mais a

²³ Em seu discurso de 2013 no Clube de Discussão Valdai, Putin criticou explicitamente os países europeus por “rejeitarem suas raízes, incluindo valores cristãos” e enfatizou que a Rússia deve defender valores que se desenvolveram ao longo de milênios. No mesmo ano, a Rússia aprovou uma lei anti-LGBTQ, que proibiu “promover relações sexuais não tradicionais” a menores. Em 2023, a Rússia implementou uma proibição total à mudança legal de gênero para pessoas transgênero e impôs restrições a intervenções médicas relacionadas.

²⁴ Por exemplo, a Representante Marjorie Taylor Greene do campo MAGA publicamente elogiou a Rússia como “uma defensora ferrenha do cristianismo”. O ex-Conselheiro de Segurança Nacional Michael Flynn também repetidamente elogiou Putin em discursos públicos por “defender Deus e a família”. Em 2024, a proeminente personalidade da mídia dos EUA Tucker Carlson viajou a Moscou para entrevistar Putin pessoalmente, amplificando ainda mais o papel simbólico da Rússia como um “aliado da cultura anti-woke”. Ver: ‘Marjorie Taylor Greene Applauds Russia for “Protecting Christianity” [Marjorie Taylor Greene aplaude a Rússia por “proteger o cristianismo]’, *Newsweek*, 8 de abril de 2024; ‘Mike Flynn Lauds President Putin’s Words on “Family & God as Strong Values West is Destroying”’, *Sputnik*, 23 de fevereiro de 2023; ‘Interview to Tucker Carlson – President of Russia’ [Entrevista a Tucker Carlson - presidente da Rússia], *Kremlin.ru*, 8 de fevereiro de 2024.

²⁵ Zsuzsanna Szelényi, *Tainted Democracy: Viktor Orbán and the Subversion of Hungary* [Democracia manchada: Viktor Orbán e a subversão da Hungria]. Hurst Publishers, 2022.

formação do novo grande espectro ideológico esquerda-direita em um nível prático.

A trajetória da evolução e desenvolvimento ideológico da Rússia tem implicações profundas para a China, e vice-versa. O colapso da União Soviética e as consequências de sua liberalização generalizada influenciaram profundamente os círculos políticos e intelectuais da China. O engajamento da China com a globalização após a década de 1990 – enquanto mantinha a liderança do Partido Comunista e a ideologia do socialismo com características chinesas – foi, em grande medida, moldado pelas lições extraídas das experiências soviética e russa. Na última década, China e Rússia mantiveram-se unidas ao resistir à dominância unipolar da ideologia liberal ocidental apesar de suas próprias diferenças em ideologia e sistemas políticos. A estreita parceria forjada entre China e Rússia na era pós-Guerra Fria, juntamente com o notável sucesso de desenvolvimento da China, forneceu à Rússia um poderoso exemplo para sua própria reflexão sobre a liberalização.²⁶

iv. O Sul Global

O Sul Global engloba a vasta maioria dos países e regiões fora das nações ocidentais e do Japão. Inclui os Estados africanos mais pobres, as mais ricas potências petrolíferas da Ásia ocidental, potências militares como a Rússia e, naturalmente, os dois principais países em desenvolvimento, China e Índia. O Sul Global é altamente diverso, com vastas diferenças em cultura, religião, história, etnia, fundações econômicas e estruturas sociais. Ideologicamente, muitos países do Sul Global estiveram outrora presos dentro do espectro político esquerda-direita do século XX por várias razões. Alguns eram ex-colônias ocidentais, bastante influenciadas pelos sistemas políticos ocidentais. Outros

²⁶ Sergei Glazyev, então conselheiro econômico do presidente russo, argumentou que o sucesso da China – caracterizado pelo desenvolvimento liderado pelo Estado, política industrial de longo prazo e uma estratégia global centrada na Iniciativa do Cinturão e Rota – oferecia um modelo institucional viável para a Rússia. Em um discurso no Fórum Econômico de Moscou, ele enfatizou que a experiência da China em canalizar crédito para a economia real e conter bolhas financeiras vale a pena emular enquanto a Rússia persegue sua própria modernização. Ver: Sergei Glazyev, *Leaping into the Future: China and Russia in the New World Tech-Economic Paradigm* [Caminhando para o futuro: China e Rússia no paradigma tecnológico-econômico no novo mundo] (Royal Collins Publishing Company, 2023); ‘МЭФ-2023: № 2. «Китай. Опыт модернизации для России»’, Moscow Economic Forum, 2023.

tomaram lados durante a Guerra Fria, adotando ou a ideologia de esquerda da União Soviética ou os sistemas capitalistas e valores dos EUA e do Ocidente. Mais importante ainda, após a Guerra Fria, a maioria dos países em desenvolvimento abraçou a tese do “fim da história”, transplantando sistemas políticos liberais ocidentais, em geral, para seus próprios países – muitos até copiando constituições literalmente.²⁷ Isto levou à replicação artificial do “espectro esquerda-direita reduzido” ocidental em muitas nações do Sul Global.

À medida que este “espectro esquerda-direita reduzido” pós-Guerra Fria colapsa rapidamente, a trajetória do Sul Global merece um olhar mais atento. A maioria dos países do Sul Global gradualmente se desvinculará da ideologia liberal e avançará em direção ao lado não liberal e antiliberal do novo amplo espectro esquerda-direita. Há duas razões principais para isto. Primeiro, a maioria dos países do Sul Global carece, inerentemente, dos “genes” ideológicos do liberalismo; seus valores e sistemas liberais foram transplantados em vez de cultivados internamente. As culturas e valores de muitos destes países são fundamentalmente antiliberais. O mundo islâmico é um exemplo marcante: países como Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, apesar de manter laços econômicos e de segurança próximos com os Estados Unidos, resistiram com sucesso à política e aos valores liberais no nível ideológico. A maioria dos países islâmicos – como Indonésia, Malásia e Turquia – provavelmente está avançando em uma direção não liberal ou até antiliberal. A segunda razão é que a incorporação da ideologia e instituições liberais pós-Guerra Fria produziu resultados decepcionantes e desenvolvimento econômico insatisfatório. Em forte contraste, a China, que rejeitou o liberalismo, emergiu como a vencedora da globalização – um fato cuja significância tornou-se cada vez mais clara.²⁸

A relação ideológica entre a China e o Sul Global evoluiu ao longo de três eras. Após a fundação da República Popular, a China participou ativamente e ajudou a liderar o pensamento político do Terceiro Mundo. Começando com a Conferência de Bandung, a China foi um membro central do Movimento dos Não Alinhados. Embora sua postura diferisse daquela da União Soviética nos marcos da Guerra Fria, a orientação da China era claramente de esquerda e socialista. Na era pós-Guerra Fria, a China tornou-se ideologicamente distante

²⁷ Eric Li, *Party Life: Chinese Governance and the World Beyond Liberalism* [Vida do partido: governança chinesa e o mundo além do liberalismo]. Springer Nature, 2023, 18–21.

²⁸ Li, *Party Life: Chinese Governance and the World Beyond Liberalism*, 37–45.

dos antigos países de esquerda do Terceiro Mundo enquanto se integrava economicamente à economia globalizada liderada pelo Ocidente. Politicamente, contudo, a China rejeitou a ideologia liberal que o Ocidente buscava universalizar, enquanto a vasta maioria dos países em desenvolvimento adotou o liberalismo e implementou sistemas políticos baseados nele. Desde o 18º Congresso Nacional do PCCh, a relação da China com o Sul Global entrou em um terceiro estágio. Por meio iniciativas como a do Cinturão e Rota, as Três Iniciativas Globais e a visão de uma Comunidade com um Futuro Compartilhado para a Humanidade, a China e o Sul Global mais amplo estão moldando uma era inteiramente nova de pensamento político – uma que será inerentemente não liberal e transcenderá o espectro esquerda-direita do século XX.

V. O novo grande espectro ideológico: liberalismo *versus* iliberalismo

Um novo grande espectro ideológico esquerda-direita parece estar emergindo na mídia global, na academia, em círculos políticos e até em setores corporativos e financeiros. A direita consiste no campo unipolar liberal universalista, enquanto a esquerda é composta de forças multipolares não liberais e antiliberais. Na frente ideológica, representantes de direita continuam a sustentar a estrutura unipolar liberal da era pós-Guerra Fria e persistem em promover a universalização da ideologia liberal e sistemas políticos em todo mundo. As forças políticas mais influentes dentro deste campo são o ainda poderoso *establishment* dos EUA, seguido pelos outros países dos Cinco Olhos, aliados dos EUA no Pacífico e forças políticas *mainstream* dentro da União Europeia. A esquerda, em contraste, consiste em um amplo bloco de diversos governos e forças políticas iliberais e antiliberais. Enquanto as diferenças internas dentro da direita situam-se principalmente em graus, a esquerda exhibe uma diversidade muito maior. O que une a direita é um interesse compartilhado em manter o domínio ideológico do liberalismo no mundo, embora em graus variados. O que une a esquerda, por outro lado, é um interesse compartilhado em rejeitar a hegemonia unipolar liberal – embora suas visões para o futuro difiram.

As diferenças dentro da direita podem ser amplamente categorizadas em dois blocos: os linha-dura universalistas e os defensores da coexistência multipolar. A gestão Biden e as forças políticas *mainstream* da UE estão alinhadas com

os linha-dura universalistas, como evidenciado por sua postura em relação à China. Nos últimos anos, os EUA, a aliança dos Cinco Olhos, a OTAN, a Austrália, o *establishment* da UE e certos Estados-membros da UE têm cada vez mais posicionado a China como um concorrente estratégico ou adversário. Em seus documentos oficiais, além de destacar conflitos de interesse com a China, consistentemente citam a ideologia como um dos principais critérios para designá-la como adversário.²⁹ Ao convocar aliados a se unirem para conter a China – seja por interesses relacionados ao comércio ou militares – rotineiramente invocam valores compartilhados como um ponto chave de mobilização. Os defensores da coexistência multipolar são os moderados dentro da Direita. Embora acreditem em valores liberais e apoiem políticas e leis baseadas na ideologia liberal domesticamente, adotam uma abordagem mais moderada em relação à universalização do liberalismo. Opõem-se à imposição agressiva da ideologia liberal sobre outras nações por meios econômicos ou militares e, em vez disso, favorecem a coexistência pacífica com países e sociedades não liberais. O governo Sánchez da Espanha, o partido de esquerda da França liderado por Jean-Luc Mélenchon, a Nova Zelândia dentro do grupo dos Cinco Olhos e aliados dos EUA na Ásia-Pacífico como Coreia do Sul e Japão podem, em graus variados, ser classificados como defensores da coexistência multipolar. A administração de direita Milei da Argentina está ideologicamente alinhada com o liberalismo extremo – particularmente em sua incorporação de políticas econômicas neoliberais radicais. Embora a princípio bastante antagônica em relação à China, ele adotou uma postura relativamente mais moderada após assumir o cargo e provavelmente pode ser classificado como parte do campo da coexistência multipolar.

A ala esquerda do novo amplo espectro esquerda-direita também está fragmentada e basicamente pode ser categorizada em três grupos principais: forças políticas antiliberais emergindo dentro do Ocidente, grandes potências que passaram por suas próprias transformações e exploradores buscando novos caminhos de progresso. O primeiro grupo consiste no movimento MAGA dos EUA e vários governos e partidos não liberais e antiliberais na Europa. O segundo grupo compreende China e Rússia. O terceiro grupo inclui a maioria

²⁹ Por exemplo, a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (2022) declarou que a China é “o único concorrente com tanto a intenção de remodelar a ordem internacional quanto, cada vez mais, o poder econômico, diplomático, militar e tecnológico para avançar este objetivo”. Em 2019, a Comissão Europeia publicou *EU-China: A Strategic Outlook* [EUA-China: uma perspectiva estratégica], que pela primeira vez rotulou a China como um rival sistêmico e concorrente tentando promover modelos alternativos de governança.

dos países em desenvolvimento no Sul Global. As diferenças entre estes três grupos situam-se nas distintas forças motrizes por trás de suas orientações não liberais ou antiliberais.

O primeiro grupo inclui as forças políticas antiliberais que continuam a surgir dentro dos EUA e em vários países europeus. Sua luta ideológica tem como alvo as suas próprias elites liberais dominantes, e acreditam que a ordem global liberal estabelecida por estas elites traiu os interesses de seu próprio povo e vendeu a soberania nacional para benefício de sua própria classe. Economicamente, em geral eles se opõem ao neoliberalismo, argumentando que o fundamentalismo de mercado esvaziou as indústrias nacionais, concentrou riqueza nas mãos de uma elite minúscula e corroeu estruturas sociais. Ao mesmo tempo, sentem que os valores liberais da elite evoluíram para o *wokeísmo* extremo e para políticas de imigração que promovem abertura a culturas estrangeiras, levando à erosão das culturas nacionais tradicionais.

No segundo grupo, China e Rússia tiveram experiências fundamentalmente diferentes sob a ordem liberal. A China alcançou desenvolvimento rápido no âmbito da globalização liderada pelo Ocidente enquanto preservava seu sistema político. A Rússia, por outro lado, adotou sistemas políticos ocidentais mas sofreu golpes severos e quase fatais à sua economia e segurança. A China procura aproveitar seu sucesso e continuar se desenvolvendo, mas enfrenta obstáculos duplos por parte dos EUA e do Ocidente. As forças políticas liberais veem a China como um adversário ideológico e estratégico, enquanto as forças políticas antiliberais veem a China como um rival, sobretudo devido a interesses econômicos. A guerra comercial de Trump foi impulsionada principalmente por esse último. A Rússia, tendo aprendido com sua experiência, separou-se ideologicamente do liberalismo, tornando-se o epicentro da ideologia antiliberal global e o alvo principal do *establishment* ocidental. Este conflito é irreconciliável e não deixa espaço para concessões. Contudo, as forças antiliberais ocidentais do primeiro grupo não têm disputas ideológicas fundamentais com a Rússia; em muitas áreas, até compartilham pontos em comum. Embora seus interesses não estejam totalmente alinhados com os da Rússia, também não são inteiramente opostos. Esta compreensão ideológica tácita e o espaço para concessões em relação aos interesses estão claramente refletidos nas posições atuais dos EUA e da Rússia sobre o conflito na Ucrânia. No entanto, ainda não

se sabe se a relação entre eles avançará para um acordo ou a um conflito ainda maior.³⁰

O terceiro grupo, composto de países em desenvolvimento no Sul Global, é ao mesmo tempo amplo e altamente diverso. A maioria destes países viu resultados de desenvolvimento decepcionantes com a adoção de sistemas políticos liberais após a Guerra Fria. Muitas nações no Sudeste Asiático, África e América Latina abrangem o espectro político tradicional esquerda-direita, contudo seu desenvolvimento tem sido constrangido pelo arcabouço político liberal. Como resultado, todos estão explorando novas ideias e modelos alternativos. Exemplos incluem o governo da Argentina, que emergiu da direita tradicional; o governo da África do Sul, enraizado na esquerda tradicional; e países asiáticos como Malásia, Indonésia, Tailândia e Índia, cada um com tradições culturais e religiosas únicas. Todos estão experimentando abordagens de governança não liberais dentro das estruturas de seus sistemas políticos liberais pós-Guerra Fria. Além disso, alguns países que rejeitaram completamente a ideologia liberal e sistemas políticos – como grandes Estados islâmicos como Arábia Saudita e Irã, assim como países tradicionalmente de esquerda como a Venezuela – também estão explorando e experimentando ativamente ideologias e instituições adequadas à sua sobrevivência e desenvolvimento na era pós-amplo espectro esquerda-direita.

Apesar de sua vasta diversidade interna, os países dentro deste grupo compartilham uma característica comum: uma recusa em aceitar uma ideologia e sistema político universais ou uma ordem global unipolar imposta sobre eles ou transplantada de fora. Esta rejeição da universalidade e da unipolaridade define um novo bloco iliberal dentro do Sul Global – que pode ser colocado à esquerda no novo espectro ideológico.

³⁰ De uma perspectiva ideológica, a administração Trump deixou sua narrativa mais alinhada à Rússia e, em busca de interesses estratégicos, estava disposta a sacrificar a Ucrânia em troca de uma distensão com Moscou. No entanto, as forças liberais dominantes nos Estados Unidos e na União Europeia se opuseram fortemente a essa posição.

VI. Multipolarismo e a reglobalização do século XXI

O mundo está passando por uma transformação profunda marcada pela fragmentação em todas as frentes. Observar o presente e prever o futuro é tão difícil quanto ver a constelação Ursa Maior a partir do sul. Proponho uma hipótese: o espectro ideológico global está em transição. A esquerda e a direita do novo espectro são divididas por suas visões divergentes do futuro da ordem mundial. A esquerda busca uma ordem mundial multipolar (multipolarismo), enquanto a direita visa preservar uma ordem mundial unipolar (unipolarismo). O núcleo ideológico do unipolarismo é o liberalismo, que engloba o conjunto completo de valores liberais juntamente com suas reivindicações de universalidade e singularidade. A esquerda, em contraste, é extremamente diversa, englobando todas as ideologias e valores além do liberalismo, assim como certas forças políticas que sustentam valores liberais, mas rejeitam sua universalização. A esquerda inclui tanto elementos antiliberais quanto não liberais; estes últimos apenas se opõem à natureza universal e monolítica do liberalismo. As ideologias da esquerda são muito variadas, enraizadas em diferentes tradições religiosas, culturais e políticas. Seus interesses também diferem bastante e às vezes até se chocam. No entanto, seu maior denominador comum é a oposição à unipolaridade liberal. Podemos tentar localizar todas as nações, partidos políticos ou outras formas de poder político neste novo espectro esquerda-direita.

Dentro deste quadro, a tensão entre multipolarismo e unipolarismo constituirá a contradição principal na primeira metade do século XXI. Histórica e praticamente, a China está destinada a ser uma força importante em favor do multipolarismo. Em termos práticos, as últimas décadas de globalização foram construídas sobre uma base ideológica de liberalismo. Entretanto, o atual modelo unipolar de globalização tornou-se insustentável. Curiosamente, é a administração MAGA liderada por Trump nos Estados Unidos que agora trabalha arduamente para desmantelar a ordem mundial unipolar, acreditando que a unipolaridade não serve aos interesses da população que representa. Embora o MAGA considere a China um rival, o mundo que vislumbra também é multipolar, muito parecido com a visão da China. O MAGA promove um mundo multipolar através da desglobalização, que, contudo, entra em conflito com os objetivos da China.

A China e a esmagadora maioria dos países no Sul Global devem continuar a se desenvolver, o que requer aprimoramento adicional da conectividade. Enquanto isso, a humanidade enfrenta desafios globais existenciais – incluindo mudança climática, proliferação nuclear, inteligência artificial e outros – que necessitam cooperação entre as nações. Sob a atual onda de desglobalização promovida pelos EUA e pelo Ocidente, a China e o Sul Global devem defender uma reglobalização fundamentada em uma narrativa ideológica multipolar, buscando tanto desenvolvimento sustentado quanto soluções para as crises existenciais da humanidade. Historicamente, a China foi a origem e a defensora de uma ordem mundial multipolar. Em março de 1990, Deng Xiaoping tornou-se o primeiro líder político no mundo a introduzir formalmente o conceito de “multipolaridade”.³¹ Em uma época em que a ordem global estava transitando da bipolaridade para a unipolaridade, a visão de Deng de um mundo multipolar foi notavelmente visionária. Desde então, a busca pela multipolaridade tornou-se uma pedra angular da teoria e estratégia política internacional da China.³² Em 1997, uma nova ordem global baseada na multipolaridade foi formalmente introduzida no cenário mundial por meio de uma declaração conjunta sino-russa.³³

Trinta anos depois, a China propôs iniciativas globais importantes que concretizam e traçam estratégias sobre a visão de um mundo multipolar em três dimensões chave: desenvolvimento, segurança e civilização.³⁴ Estas iniciativas articulam a visão da China de um multipolarismo inclusivo e pluralista, que

³¹ Deng Xiaoping, *Selected Works of Deng Xiaoping* [Obras escolhidas de Deng Xiaoping], vol. 3 [《邓小平文选》第三卷] (People's Publishing House [人民出版社], 1993), 353.

³² Yu Sui, 'We Must Uphold the Central Committee's Theory of World Multipolarisation' [Devemos defender a teoria do Comitê Central da multipolarização mundial] [‘必须维护党中央的世界多极化理论’], *China Strategic Review* [《中国战略观察》], no. 3 – 4 (2022).

³³ Joint Statement of the People's Republic of China and the Russian Federation on World Multipolarisation and the Establishment of a New International Order [Declaração conjunta da República Popular da China e da Federação Russa sobre multipolarização do mundo e o estabelecimento de uma Nova Ordem Internacional] [《中华人民共和国和俄罗斯联邦关于世界多极化和建立国际新秩序联合声明》], 23 April 1997.

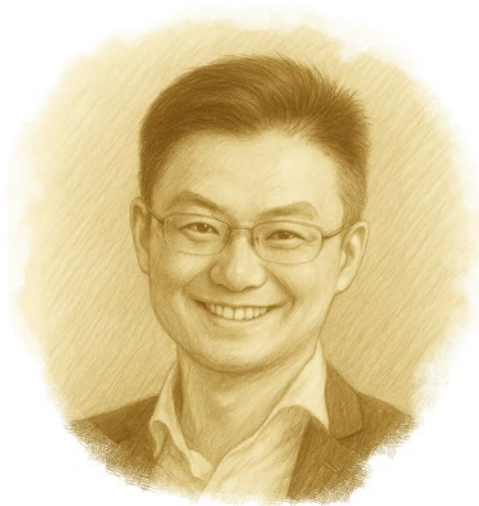
³⁴ Na Iniciativa de Desenvolvimento Global, a China enfatiza princípios como “desenvolvimento em primeiro lugar” e “tecnologia para todos”, com o objetivo de reestruturar o modelo global centro-periferia e reduzir a dependência dos países em desenvolvimento de um único sistema financeiro e tecnológico. A Iniciativa de Segurança Global promove conceitos como “segurança comum”, “segurança indivisível” e “liderança regional”, com o objetivo de promover uma governança global multicêntrica e coordenada. Enquanto isso, a Iniciativa de Civilização Global defende a diversidade e a igualdade civilizacionais, critica a exportação de valores, a hegemonia cultural e a demarcação ideológica; e busca quebrar o monopólio do paradigma liberal sobre o discurso global. Juntas, as três iniciativas constituem uma visão trinitária da governança global com características chinesas, refletindo uma visão de ordem internacional centrada na descentralização, multipolaridade e desideologização..

está em forte contraste e oposição ao mundo unipolar liberal. Representam o único caminho viável para a humanidade sustentar o desenvolvimento e superar crises existenciais. A China também é a nação mais capaz hoje de liderar ativamente a construção de uma ordem multipolar. Sua experiência de engajamento bem-sucedido na globalização enquanto mantinha seu próprio sistema político e caminho oferece lições valiosas para muitas nações no Sul Global. Nos tempos modernos, a China combinou a ideologia comunista com a luta pela libertação nacional para alcançar a fundação do Estado moderno. Nos tempos contemporâneos, integrou ainda mais o marxismo e a economia de mercado com a cultura tradicional chinesa.³⁵ Isto representa uma incorporação chave e exemplo dos fundamentos pluralistas necessários para a reglobalização. Para alcançar a visão de uma ordem mundial multipolar, o interesse estratégico da China reside em unir todas as forças que podem ser unidas ideologicamente. Contradições são inevitáveis entre Estados multipolares e forças políticas, e passarão por fases de tensão, conflito e concessões. Contudo, a contradição principal no mundo de hoje é entre multipolarismo e unipolarismo. Apenas a vitória do multipolarismo pode alcançar uma reglobalização do século XXI – alinhada com os interesses de longo prazo tanto da China, quanto do mundo – e pavimentar o caminho para construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade.

³⁵ Em seu discurso marcando o centenário da fundação do PCCh, o presidente Xi Jinping fez uma importante proposição teórica: integrar os princípios básicos do marxismo com as realidades concretas da China e com a refinada cultura tradicional chinesa – uma formulação conhecida como as Duas Integrações.



Rumo a uma ordem mundial sem hegemonia: uma proposta do Sul Global



Yin Zhiguang (殷之光) é professor e orientador de doutorado no Departamento de Política Internacional da Escola de Relações Internacionais e Relações Públicas da Universidade de Fudan. É também o diretor especialista de um projeto de pesquisa sobre modernização nos países em desenvolvimento do Fundo Nacional de Ciências Sociais da China. Sua pesquisa concentra-se na cooperação Sul-Sul e nos movimentos de descolonização no Terceiro Mundo. É autor e coautor de muitos livros, incluindo *Politics of Art: The Creation Society and the Practice of Theoretical Struggle in Revolutionary China* [Política da arte: a sociedade da criação e a prática da luta teórica na China revolucionária] (Brill, 2014) e *A New World: China's Practice and Origins of Afro-Asian Solidarity* [Um mundo novo: a prática da China e as origens da solidariedade Afro-asiática] (Contemporary World Press, 2022) e publicou mais de 60 artigos em revistas chinesas e em inglês.

Em 1994, o economista político marxista Chen Qiren ministrou um curso sobre desenvolvimento econômico global para jovens estudantes de doutorado no Departamento de Política Internacional da Universidade de Fudan.¹ A China ainda estava na fase inicial da Reforma e Abertura, e o recente declínio da Guerra Fria havia inaugurado uma era de triunfalismo acentuado nos Estados Unidos. Esta arrogância política foi acompanhada pela expansão global de políticas econômicas neoliberais. Em tal conjuntura crucial, a questão para onde a economia mundial estava se dirigindo também induziu uma confusão significativa sobre o próprio caminho de desenvolvimento econômico da China. Em contraste, os EUA, imersos em um ar triunfalista, exalavam confiança intelectual sem paralelo. Economistas ocidentais, como Milton Friedman, Paul Samuelson e Jo-

¹ Chen Qiren (1924-2017) era um economista político marxista de Xinhui, província Guangdong, que lecionava na Universidade de Fudan e trouxe contribuições fundamentais para o estudo do imperialismo e da economia política colonial. Ele escreveu 25 livros e mais de 150 artigos, além de dirigir um projeto do Fundo Nacional de Ciências Sociais sobre Economia Política Marxista internacional. Em 2012, ele recebeu o prêmio “Contribuição Acadêmica de Xangai” em Filosofia e Ciências Sociais. (N. E.)

seph Schumpeter, rapidamente tornaram-se o foco de estudo intenso entre intelectuais e estudantes chineses.

No contexto histórico do final do século XX, o slogan “olhar para o Ocidente” expressava a aspiração genuína do povo chinês por tecnologias modernas e progresso material, paz e estabilidade, e melhores padrões de vida. Também refletia a resolução ousada da era inicial da Reforma e Abertura – uma disposição pragmática e não convencional de explorar todas as possibilidades práticas e teóricas na busca pela modernização. Em meio às marés turbulentas dos tempos, o que estava à frente não era um caminho bem trilhado por predecessores, mas uma porta aberta envolta em escuridão. Podíamos perceber vagamente figuras à frente segurando tochas e acenando para seguirmos adiante, mas não tínhamos ideia se o espaço que nos separava delas continha abismos ou avenidas, armadilhas ou caminhos suaves, um mar de sangue ou uma pastagem verde. Como avançar e o que seria encontrado ao longo do caminho eram questões que requeriam autorreflexão.

Nesta era de mudanças profundas e incertas, as questões teleológicas de *por que* e *para quem* nos desenvolvemos eram tão críticas quanto as questões direcionais e estratégicas de *como* e *onde* nos desenvolvermos. Foi a pesquisa incansável de Chen Qiren sobre estas duas questões teleológicas que o levou, em meio às grandes transformações no início da Reforma e Abertura, a argumentar que os “trabalhos sobre economia do desenvolvimento” disponíveis nas livrarias, por sua natureza, não eram “o tipo de obras de referência que eu estava procurando”. Chen apontou que, quando aplicada aos desafios únicos enfrentados por “Estados nacionalmente independentes”, a economia do desenvolvimento ocidental sofria de uma “deficiência metodológica”. Este conhecimento universal apenas estudava “relações quantitativas e funcionais nas relações econômicas sem abordar as relações de produção”. Ele não conseguia distinguir entre diferentes relações de produção na “história e na vida real”, nem captava como relações de produção concretas e complexas restringem leis econômicas abstratas.²

A compreensão de que o conhecimento sobre desenvolvimento originado nos países ocidentais avançados não pode ser adaptado às práticas dos países em

² Chen Qiren, *Research on World Economic Development* [Pesquisa sobre Desenvolvimento Econômico Mundial]. Shanghai People's Publishing House, 2002, p. 298.

desenvolvimento não é uma percepção nova que apareceu do nada, mas o resultado de um longo processo histórico no qual o Terceiro Mundo buscou desenvolvimento autônomo. Em 10 de abril de 1974, em seu discurso para uma sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), Deng Xiaoping enfatizou a tarefa comum do Terceiro Mundo de “opor-se ao colonialismo, neocolonialismo e hegemonismo de grandes potências, desenvolver as economias nacionais e construir seus respectivos países”. O propósito de tal desenvolvimento era mudar “as atuais relações econômicas internacionais extremamente desiguais”.³ A independência política conquistada pelas ex-colônias e semicolônias após a Guerra Mundial Antifascista transformou fundamentalmente a ordem política internacional existente, que havia tomado forma em paralelo ao surgimento do mercado mundial. No âmbito do direito internacional, os impérios como entidades políticas haviam formalmente saído do palco histórico. No entanto, a estrutura econômica global, as relações de produção e as ordens culturais, jurídicas e sociais associadas, formadas durante a expansão imperialista persistiram apesar da saída formal dos impérios. Pelo contrário, o imperialismo, como um arcabouço epistemológico, permaneceu profundamente enraizado na estrutura existente do mercado mundial, cuja fundação reside em como “a grande indústria colocou todos os povos da Terra em contato uns com os outros” e “fundiu todos os mercados locais em um mercado mundial”.⁴

Essa epistemologia imperialista enfatiza a importância da hegemonia na sustentação da ordem, equilíbrio e estabilidade. Derivado da experiência histórica europeia, este modelo de ordem imperial procura manter a paz por meio do monopólio hegemônico unipolar ou por alianças hegemônicas com mecanismos de equilíbrio de poder, e administra outros países e regiões por várias formas de intervencionismo.⁵ Este modelo não conseguiu trazer paz ao mundo. Pelo contrário, a velha ordem hegemônica proliferou a armadilha hobbesiana de medo mútuo entre nações – ciclos destrutivos de concorrência comercial experimentados na história europeia foram projetados sobre o mundo inteiro.

³ Deng Xiaoping, ‘Speech at the Sixth Special Session of the United Nations General Assembly’ [Discurso na Sexta Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas], *People’s Daily*, 11 April 1974.

⁴ Friedrich Engels, *The Principles of Communism [Princípios do comunismo]*, vol. 1, *Selected Works* (Moscow: Progress Publishers, 1975), 81–97.

⁵ Ver A. F. Pollard, ‘The Balance of Power’ [O equilíbrio de poder], *Journal of the British Institute of International Affairs* 2, n. 2 (1923): 51–64.

O desenvolvimento econômico interconectado mas altamente desigual formou a base material da velha ordem. Alimentada por um senso de pânico sobre recursos finitos, a epistemologia da velha ordem considera monopolizar recursos limitados como um imperativo fundamental para a sobrevivência. Tais recursos incluem não apenas as riquezas naturais, mas também as condições fundamentais que afetam a produção agrícola, como fertilidade do solo e ambiente climático. O núcleo da concepção da velha ordem sobre terra e riqueza era possuir tantos destes recursos naturalmente finitos quanto possível. Nesse arcabouço, considerava-se não ser possível alterar a limitação fundamental dos recursos naturais. Consequentemente, a aquisição de riqueza era vista como um jogo de soma zero: o ganho de uma parte necessariamente implicava a perda de outra. Todo discurso político-econômico sob a velha ordem correspondia, assim, à racionalização da distribuição desigual. Em outras palavras, esta concepção de ordem centrada na hegemonia pode ser compreendida como uma filosofia enraizada na finitude e na desigualdade.

Uma epistemologia alternativa acredita na agência humana. A cooperação e assistência mútua entre as pessoas podem não apenas maximizar a utilidade de recursos limitados, mas também *transformar* o mundo em um espaço mais adequado para a coexistência harmoniosa entre humanidade e natureza ao longo de um longo processo histórico. Esta transformação abrange duas dimensões. A primeira é a material: avanços na tecnologia agrícola, a invenção e descoberta de novas fontes de energia, e a exploração e inovações em engenharia e ciência, tudo isso sustentando as fundações essenciais da sobrevivência e desenvolvimento humanos. A segunda está no nível da organização social: uma busca espiritual – correspondendo ao progresso material – para explorar continuamente formas organizacionais que sejam mais inclusivas e eficazes, melhor adaptadas à sobrevivência de comunidades em larga escala, mais capazes de assegurar os benefícios universais do progresso material, de garantir a coexistência harmoniosa da humanidade e da natureza, e de libertar a humanidade das correntes da finitude de recursos e da armadilha do desenvolvimento desigual.

Estas epistemologias contrastantes dão origem a duas abordagens fundamentalmente diferentes para compreender a ordem internacional. A concepção de ordem centrada na hegemonia, baseada na premissa de recursos finitos, vê a competição como seu princípio fundamental, trata a *ordem* como um recurso político passível de monopolização, e considera as grandes potências como os

únicos líderes da ordem internacional, com o objetivo de expandir seus próprios monopólios materiais e políticos, tudo baseado na preservação do *status quo* desigual. Esta perspectiva é claramente evidente na ansiedade ocidental em torno dos desafios à “ordem baseada em regras” liderada pelos EUA.

A concepção alternativa de ordem encontra expressão concreta na prática de resistência aos monopólios das grandes potências. Esta resistência também compreende duas dimensões. Politicamente, os movimentos de independência de antigas nações coloniais e semicoloniais após a Guerra Mundial Antifascista constituíram resistência aos monopólios das grandes potências. Economicamente, a modernização por meio da desvinculação da dependência serviu como o alicerce material para garantir a independência política. Nenhuma dessas dimensões práticas pode ser adequadamente teorizada por uma epistemologia centrada na hegemonia. De fato, a insatisfação com as teorias ocidentais de modernização estava intimamente entrelaçada com a frustração diante dos monopólios econômicos e políticos das grandes potências. A plataforma das Nações Unidas tornou-se uma plataforma importante para o vasto número de países na Ásia, África e América Latina expressarem esta insatisfação e tentarem mudar esta estrutura monopolista.

Na mesma sessão da AGNU em que Deng Xiaoping proferiu seu discurso, a *Declaração sobre o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional* foi adotada. A declaração enfatizou que a nova ordem “deverá ser fundada na justiça, igualdade soberana, interdependência mútua, interesses comuns e cooperação entre todas as nações”, com os objetivos de “retificar desigualdades e injustiças existentes, possibilitando a eliminação da crescente disparidade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento”, e ao mesmo tempo assegurar que igualdade e desenvolvimento pacífico sejam legados às gerações futuras. Para atingir estes objetivos, a declaração estipulou que os países deverão ter o direito de integrar e desenvolver seus recursos por meio da nacionalização para garantir benefícios para seu próprio povo; países antes colônias e semicolônias podem reivindicar compensação de suas antigas potências coloniais; as atividades de corporações transnacionais devem ser reguladas para assegurar que contribuam para o desenvolvimento econômico das nações anfitriãs; e o

sistema monetário internacional deveria facilitar o desenvolvimento dos países em desenvolvimento.⁶

A emergência da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) foi o resultado da persistente luta pela soberania das antigas nações coloniais e semicolônias. Estas lutas ocorreram, em boa medida, fora do arcabouço das Nações Unidas, manifestando-se em localizadas resistências armadas anticolônias e anti-hegemônicas, ao lado de iniciativas regionais de cooperação comercial e assistência mútua. Em âmbito internacional, as contradições entre os Estados Unidos e a União Soviética – e os modelos concorrentes de ordem internacional que eles incorporavam – constituíram a precondição geopolítica básica para estas lutas. As contradições entre os EUA e a URSS incluíam não apenas uma corrida armamentista, mas também uma concorrência para expandir suas respectivas influências internacionais.

Durante o início da Guerra Fria, as “guerras comerciais” se conformaram com os EUA estabelecendo alianças comerciais ao mesmo tempo que impunham embargos e medidas de contenção contra a URSS. Em 1949, os EUA promulgaram a *Export Control Act* [Lei de Controle de Exportações], que determinava um embargo sobre todos os produtos que pudessem contribuir para o desenvolvimento militar e econômico da URSS. De 1949 a 1994, por meio do Comitê Coordenador de Controle Multilateral de Exportações (COCOM, na sigla em inglês) – uma aliança internacional informal e secreta – os EUA aplicaram embargos e restrições comerciais contra a URSS e todo o bloco socialista. Sob o pretexto de “combater a penetração econômica comunista”, os EUA aprovaram a *Trade Expansion Act* [Lei de Expansão Comercial] de 1962, que restringiu severamente as importações de “produtos de qualquer país, ou área dominada ou controlada, pelo comunismo internacional”.⁷

As guerras comerciais desta época ganharam amplo apoio das elites políticas e empresariais dos EUA. Elas salvaguardavam a superioridade econômica e tecnológica dos Estados ocidentais, enquanto minava as esperanças dos países em desenvolvimento de alcançar autonomia econômica por meio da circulação

⁶ United Nations General Assembly, Resolution 3201 (S-VI), Declaration on the Establishment of a New International Economic Order [Resolução 3201 (S-VI), Declaração sobre o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional], A/RES/3201(S-VI) (1 May 1974).

⁷ Michael Mastanduno, *Economic Containment, CoCom and the Politics of East-West Trade* [Contenção econômica, CoCom e a política do comércio Oriente-Occidente]. Ithaca: Cornell University Press, 1992, 63.

comercial diversificada. Ao conter a URSS e seus esforços para forjar relações comerciais internacionais, os EUA e seus aliados aprisionaram ainda mais as nações em desenvolvimento em relações desiguais e dependentes. A guerra comercial travada pela administração Trump hoje revive quase o mesmo roteiro daquele da Guerra Fria.

Sob estas pressões, nações politicamente independentes na Ásia, África e América Latina começaram a exigir, nas Nações Unidas, genuína liberdade de comércio. Nas sessões plenárias da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em 1964, Che Guevara enfatizou que “o direito de todos os povos à liberdade irrestrita de comércio” deve ser estabelecido, e que todos os países signatários deveriam “abster-se de restringir o comércio de qualquer maneira, direta ou indireta”.⁸ A UNCTAD foi formalmente estabelecida com a missão de promover a “liberalização comercial”.⁹ Seu principal alvo de controvérsia foram os Estados Unidos, que então buscavam uma guerra comercial. O primeiro Secretário-Geral da UNCTAD foi Raúl Prebisch da Argentina, que enfatizou que a missão do órgão deveria ser “promover o comércio internacional [...] particularmente o comércio entre países em diferentes estágios de desenvolvimento, entre países em desenvolvimento e entre países com diferentes sistemas de organização econômica e social”.¹⁰ Esta postura estava em forte contraste com o embargo liderado pelos EUA contra o bloco socialista naquela época.

A tentativa de estabelecer uma Nova Ordem Econômica Internacional foi apenas uma, em uma série de esforços históricos das nações da Ásia, África e América Latina para perseguir um desenvolvimento genuíno. Nas resoluções adotadas na Conferência de Bandung de 1955, tentativas diversas de construção de ordem com implicações profundas para o direito internacional já podiam ser vistas. As resoluções alcançadas entre países asiáticos e africanos sobre questões políticas, econômicas, culturais e educacionais incorporam o espírito básico de assistência mútua e cooperação. Por meio de movimentos de solidariedade, nações asiáticas e africanas fragmentadas uniram-se para resistir à pressão das grandes potências e fortalecer sua resiliência econômica interna. Por meio da cooperação e do intercâmbio, visavam aprofundar a compreensão

⁸ Ernesto Che Guevara, ‘On Development’ [Sobre o desenvolvimento], 25 de março de 1964.

⁹ UNCTAD, *Proceedings* [Processos], I: 26, 27, 32, 41.

¹⁰ UNCTAD, *Proceedings*, I: 15.

entre seus povos e alcançar a descolonização e libertação nas frentes culturais e educacionais. A declaração final da Conferência de Bandung, com seu apelo por “cooperação econômica, cultural e política mais plena”, afirmou que a verdadeira descolonização e independência só poderiam ser alcançadas por meio da solidariedade e assistência mútua. Com relação à cooperação econômica, a declaração afirmou explicitamente que “propostas relacionadas à cooperação econômica dentro dos países participantes não excluem nem a desejabilidade, nem a necessidade, de cooperação com países de fora da região, incluindo o investimento de capital estrangeiro”.¹¹ É evidente que desde pelo menos a Conferência de Bandung, a orientação dual de cooperação Sul-Sul e diálogo Norte-Sul já havia tomado forma, concebida mais como algo complementar do que algo mutuamente excludente.

Esta compreensão está enraizada em um reconhecimento claro das condições de desenvolvimento básicas das nações asiáticas e africanas. Após ganhar independência formal, países anteriormente colônias e semicolônias não podiam adquirir capacidade substantiva para desenvolvimento descolonizado da noite para o dia. Ao longo da longa história da globalização colonial, as potências coloniais passaram séculos construindo um circuito econômico colonial global relativamente completo centrado nelas mesmas. O circuito foi primariamente construído sobre um modelo econômico colonial baseado na terra antes do século XVIII. A ocupação de territórios coloniais e a transformação da produção alteraram fundamentalmente as paisagens naturais, ecologias e até estruturas demográficas das colônias. A África e as Américas, transformadas pela economia colonial, formaram a estrutura básica da divisão internacional do trabalho que existe hoje. Comunidades econômicas locais originalmente diversas foram convertidas em componentes com “vantagens comparativas”, organizados sob metrópoles coloniais para formar partes do sistema mundial. Cada um destes componentes desempenhava papéis distintos: o Caribe como um centro de produção de açúcar; a América do Sul e a África Central como fornecedores de minérios; o Sudeste Asiático e a Oceania como produtores de borracha e fertilizantes; a África Ocidental e Oriental como exportadores de cacau e café; e Ásia e África como reservatórios de trabalho. Neste longo processo de globalização econômica colonial, circuitos econômicos regionais ou locais anteriores em pequena escala foram inteiramente desmantelados. Além disso,

¹¹ Ministério de Relações Exteriores da República Popular da China, ‘Final Communiqué of the Asia-Africa Conference’ [Declaração Final da Conferência Ásia-África] (24 de abril de 1955).

as fundações ecológicas que outrora sustentavam estes circuitos econômicos foram severamente danificadas por plantações em larga escala, pelo tráfico de trabalhadores escravizados e pela extração de recursos.

Outra fundação sustentando esta globalização foi o transporte marítimo oceânico. À medida que a escala da economia colonial da terra continuava a se expandir, o comércio entre diferentes assentamentos coloniais e entre potências coloniais e outras grandes economias mundiais – incluindo a China – impactou ainda mais os modelos fiscais baseados na terra das nações coloniais. A partir do século XVIII, o pensamento mercantilista inicial, baseado nas finanças da terra, fundiária, e focado na exportação de produtos manufaturados em troca de metais preciosos, foi gradualmente suplantado por um novo mercantilismo que colocava maior ênfase na troca econômica e no fluxo de importações e exportações. Em contraste com a visão anterior de que a riqueza era criada por meio da produção fundiária, da terra, a nova teoria enfatizava que o comércio em si podia gerar riqueza. À medida que a escala dos fluxos comerciais expandia, a velocidade da acumulação de riqueza entre a emergente burguesia comercial nas nações centrais acelerava. Esta acumulação de capital rápida e em larga escala forneceu o capital primitivo essencial para a Revolução Industrial britânica. Tal acumulação não surgiu do nada; foi construída sobre a estrutura fundamental da divisão internacional do trabalho estabelecida pela economia colonial fundiária, da terra. Nesta conjuntura, um sistema global corporativo começou a tomar forma, com metrópoles industrializadas como sedes, e colônias e semicolônias como seus departamentos.

A estrutura altamente organizada sustentando este sistema global corporativo evoluiu durante a longa história da globalização imperialista. Em meados do século XX – durante os movimentos de descolonização da Ásia, África e América Latina – os Estados recém-independentes foram confrontados com um aparato colonial militar, burocrático e educacional muito organizado, juntamente com um sistema econômico e financeiro altamente desenvolvido. Diante de tal poder hegemônico, a única saída para nações buscando independência era unir-se para formar comunidades maiores. Elas precisavam construir comunidades domésticas autossuficientes o mais rápido possível por meio da circulação regional, da ajuda internacional de nações amigas e de formas de engajamento que não se desvinculavam completamente das antigas metrópoles – tudo para possibilitar a mudança da igualdade formal para a equidade subs-

tantiva. Isto implicava reduzir sua alta dependência das nações industrializadas do Norte Global – os antigos colonizadores – pelas esferas econômica, cultural e de governança.

Os movimentos de libertação nacional da Ásia, África e América Latina foram também movimentos de solidariedade regional. A ordem internacional, instituições e princípios jurídicos vislumbrados neste processo colocaram o empoderamento e desenvolvimento dos Estados no centro. Este empoderamento opera em dois níveis: primeiro, organizacional no nível doméstico. Muitos países subdesenvolvidos enfrentavam restrições significativas em recursos naturais, capacidade fiscal e capital humano, que limitavam severamente seus esforços de construção nacional. Neste estágio, partidos políticos modernos e organizações relevantes eram cruciais para mobilizar recursos sociais escassos. Segundo, empoderamento cooperativo no nível internacional. O imperialismo e a hegemonia, como formas sistêmicas de opressão, não podiam ser superados por meio da desvinculação cega ou pelos esforços isolados de qualquer nação única – a luta coletiva e a cooperação mútua entre países subdesenvolvidos eram, portanto, fundamentais. Tal cooperação e assistência mútua eram baseadas na não interferência em assuntos internos e na participação voluntária e autônoma de todas as nações. Apoiar “povos oprimidos e outros países em desenvolvimento em suas lutas justas para conquistar e salvaguardar sua independência e desenvolver suas economias” é explicitamente reconhecido na constituição da China. Mao Zedong identificou a não interferência e a assistência mútua como as marcas do “verdadeiro internacionalismo”.¹² Este princípio de não interferência na ordem internacional vem tanto da própria experiência histórica da China quanto da experiência histórica coletiva do Sul Global.

Seja referindo-se ao Sul Global de hoje, ao antigo Terceiro Mundo, ou à anterior Tricontinental, estes termos todos encapsulam a insatisfação dos povos oprimidos com a ordem hegemônica e sua aspiração de acabar com a dependência e alcançar a modernização por meio da solidariedade e assistência mútua. Em contraste com a perspectiva centrada na hegemonia, o Sul Global afirma a agência dos governados e dos oprimidos. O Sul Global não representa

¹² O Conselho de Estado, ‘Constitution of the People’s Republic of China’, A República Popular da China; Escritório de Pesquisa da Literatura do Comitê Central do Partido Comunista da China, *Chronology of Mao Zedong (1949-1976)* [Cronologia de Mao Zedong (1949-1976)] Vol. 5 (Pequim: Central Party Literature Press, 2013), 212.

uma perspectiva “subalterna”, no sentido da academia pós-colonial ocidental do final do século XX, mas representa, sim, a significância histórica e teórica das práticas concretas de resistência, luta e exploração. Nesta longa continuidade histórica, a exploração incansável da China por um caminho para a modernização, como parte desta prática diversa e como uma forma de resistência à ordem hegemônica, adquire assim verdadeira universalidade teórica. O objetivo de tal prática anti-hegemônica é construir uma ordem livre de hegemonia.

Uma filosofia da prática é a única maneira de compreender o Sul Global. Isto significa que quando o objetivo é estabelecer uma ordem não hegemônica, todas as tentativas tornam-se passos transitórios em direção àquele futuro. É precisamente por meio do engajamento consciente nesta transição que o Sul Global pode verdadeiramente afirmar sua agência. No movimento em direção a uma ordem do Sul Global, todos os sujeitos unidos por este processo histórico, por sua vez, imbuem o Sul Global de significado. Esta é a relevância de discutir o Sul Global hoje, e o propósito fundamental de tais discussões é dismantelar a estrutura que produz os desafios ao Sul Global.



Resenha: um caminho coletivo para a revitalização rural



Grace Cao (曹心悦) é a coordenadora do projeto Wenhua Zongheng e intérprete chinês-inglês. Ela possui mestrado em tradução e interpretação pela Universidade de Relações Exteriores da China. Seu trabalho se concentra na comunicação internacional e nos intercâmbios entre os países do Sul Global, em particular no entendimento intercultural e na linguística.

A globalização capitalista transformou profundamente o sistema alimentar mundial desde o século XIX. Isso levou grande parte do campesinato mundial para uma situação de crise. Na maioria dos países subdesenvolvidos, a privatização da terra e a integração aos mercados globais minaram a soberania alimentar e prenderam as comunidades rurais em ciclos de expropriação e endividamento. O que alguns estudiosos chamam de “regime alimentar corporativo” destruiu sistematicamente milhões de meios de vida, ao mesmo tempo que concentrava o poder agrícola nas mãos das grandes empresas.

Diante desse cenário de crise sistêmica, a experiência da China com a propriedade coletiva da terra apresenta uma alternativa importante. Em vez de representar uma relíquia do passado, o modelo coletivo chinês tem apoiado a revitalização rural e garantido a segurança alimentar nacional, oferecendo um caminho viável para o desenvolvimento rural.

Crônicas Rurais: Por que a nova economia coletiva funciona (乡村纪事：新型集体经济为什么行), de Yan Hairong, Gao Ming e Ding Ling, surge como uma

contribuição crucial da China para esses debates. Baseado em anos de trabalho de campo minucioso em sete estudos de caso distintos, a professora da Universidade Tsinghua, Yan Hairong, e sua equipe de pesquisa demonstram um caminho coletivo e centrado nas pessoas para o desenvolvimento rural que contrasta fortemente com o modelo neoliberal. O livro funciona como uma resposta materialista à narrativa dominante sobre o fim do pequeno camponês – uma ideologia que promove a migração dos camponeses para as cidades e a drenagem de riqueza do campo, deixando apenas grandes propriedades especializadas e grandes empresas como atores agrícolas.

Enfrentando a questão agrária na China contemporânea

Crônicas Rurais aborda um desafio crítico nascido de mais de quatro décadas do Sistema de Responsabilidade Familiar da China: a polarização e atomização das áreas rurais que deixaram os camponeses extremamente vulneráveis à volatilidade do mercado e à intervenção do capital. Para entender a importância do caminho coletivo documentado em *Crônicas Rurais*, é preciso primeiro compreender as contradições estruturais mais profundas dentro do atual sistema de terras da China.

A China opera um sistema dual de propriedade da terra: as terras urbanas são de propriedade do Estado e as terras rurais são de propriedade de coletivos. O Sistema de Responsabilidade Familiar de 1978, introduzido para enfrentar os problemas de desenvolvimento econômico da época, estabeleceu direitos individuais de contrato mantendo a estrutura de propriedade coletiva. Esse sistema evoluiu desde então para uma “estrutura de separação de três direitos” – propriedade coletiva, direitos de contrato familiar e direitos de gestão.

A contradição fundamental está em como essa separação enfraquece a ação coletiva. Segundo Lu Xinyu, a propriedade coletiva da terra foi originalmente concebida para servir funções de proteção comunitária, permitindo que as aldeias ajustassem a distribuição de terras de acordo com as mudanças demográficas e garantindo que a terra pertencesse a quem nela trabalha. Quando os direitos de gestão se tornam mercadorias negociáveis, os coletivos das aldeias perdem o controle sobre como o capital externo investe e utiliza a terra da comunidade. As operações agrícolas de pequenos produtores geram retornos

econômicos mais baixos da produção agrícola. Enquanto isso, à medida que as disparidades de renda entre campo e cidade continuam a crescer, as populações rurais migram cada vez mais para as cidades em busca de emprego, resultando no abandono generalizado de terras agrícolas.¹

Uma resposta a essa crise é transferir terras para grandes empresas ou capital externo para a agricultura em larga escala. Essa é, fundamentalmente, uma solução baseada no mercado para a modernização agrícola. Os críticos argumentam que isso constitui uma privatização da terra de fato e expropria os camponeses dos direitos de uso da terra, ao mesmo tempo que desmantela as economias coletivas. A partir desse contexto, os autores de *Crônicas Rurais* colocam a questão fundamental: sob condições de mercado, como podem se desenvolver novas economias coletivas que superem tanto as vulnerabilidades dos camponeses atomizados quanto os riscos da reorganização dominada pelo capital? A proposta central de *Crônicas Rurais* é a da alternativa de fortalecer os coletivos das aldeias liderados por pequenos proprietários. Os autores argumentam que a revitalização rural sustentável requer reativar os coletivos das aldeias como a força intrínseca para o desenvolvimento, permitindo que os camponeses recuperem sua autonomia no processo de modernização e construam uma barreira contra o capital predatório.

A relevância política deste trabalho é reforçada pelos desenvolvimentos legislativos recentes da China. A Lei da República Popular da China sobre Organizações Econômicas Coletivas Rurais foi aprovada em junho de 2024, quatro meses antes da publicação do livro, e entrou em vigor em maio de 2025.² Esta legislação codifica legalmente princípios fundamentais como a propriedade coletiva inalienável da terra rural e a necessidade de gestão democrática pelos aldeões. A lei fornece um arcabouço legal para proteger os coletivos tanto do controle interno por alguns indivíduos quanto do controle externo pelo capital. Isso garante que o desenvolvimento seja impulsionado de dentro das comunidades de mais de 900 milhões de camponeses chineses.

¹ Lu Xinyu, “Explorando um caminho para uma economia de mercado rural com características chinesas baseada na economia coletiva” [依托集体经济探索中国特色农村市场经济之路], *Economic Herald* [经济导刊], n.º 2 (2018): 67-68.

² “A Lei da República Popular da China sobre Organizações Econômicas Coletivas Rurais” [中华人民共和国农村集体经济组织法], Conselho de Estado da República Popular da China, 29 de junho de 2024, https://www.gov.cn/yaowen/liebiao/202406/content_6960131.htm.

Pilares dos novos coletivos das aldeias

A força de *Crônicas Rurais* está em seus detalhes ricos e minuciosos que vão além da teoria abstrata para a prática viva da construção socialista. Em seus diversos estudos de caso, o livro fornece uma anatomia de como a nova economia coletiva resolve contradições-chave no desenvolvimento rural da China.

O livro esclarece o papel indispensável da organização de base do Partido Comunista da China como vanguarda política. Essa liderança opera não por coerção, mas através da aspiração original de “servir ao povo” – uma prática que mobiliza as comunidades de base e constrói confiança. Na Aldeia Tangyue, o Secretário do Partido Zuo Wenxue se comprometeu a liderar a prosperidade de toda a aldeia em vez do enriquecimento individual, apesar de seus sucessos pessoais nos negócios. Ao enfrentar desafios de captação de recursos, onze quadros do comitê da aldeia fizeram empréstimos pessoais da cooperativa de crédito para obter fundos para o coletivo. Esse padrão de “membros do partido tomando a frente” aparece consistentemente nos estudos de caso – na Aldeia Daba, Província de Guizhou, os quadros primeiro testaram culturas comerciais arriscadas para provar sua viabilidade; na Aldeia Tugudong, Província de Henan, o secretário do partido garantiu, pessoalmente, um empréstimo de 30.000 yuans e prometeu absorver as perdas se os empreendimentos fracassassem.

Fundamentalmente, essa liderança opera no princípio da linha de massas e não a partir de diretivas de cima para baixo. As aldeias estabeleceram vários mecanismos para participação na tomada de decisões. A Aldeia Tangyue emprega um sistema representativo com um aldeão eleito a cada quinze famílias participando das decisões coletivas. O Coletivo Gacuo implementa supervisão circular em que os líderes dos grupos de produção supervisionam os membros, os quadros da aldeia supervisionam os líderes dos grupos, e as massas supervisionam os quadros. Os quadros e as instituições estão dialeticamente inter-relacionados. As 189 regras de gestão do Coletivo Gacuo são todas formuladas e atualizadas através de um Congresso Popular de toda a aldeia que é realizado a cada um ou dois anos, garantindo que os regulamentos reflitam a vontade da comunidade.

Crônicas Rurais demonstra como a propriedade coletiva serve como a base econômica para o desenvolvimento rural efetivo. Ao reintegrar terra e trabalho

fragmentados, como fizeram as aldeias Tangyue e Daba, os coletivos alcançam economias de escala que permitem aquisição, produção e vendas unificadas, ao mesmo tempo que fortalecem sua capacidade de negociar com atores de mercado maiores. Essa base é crucial não apenas para a alavancagem no mercado, mas também para introduzir e popularizar tecnologias agrícolas avançadas – promovendo assim a aplicação de “novas forças produtivas de qualidade”.³ Em Tugudong, o coletivo se relaciona com o capital privado a partir de uma posição de força enraizada na propriedade da terra. Mesmo quando empresas privadas são contratadas para operar na terra da aldeia, o sistema mantém uma orientação coletiva porque o coletivo tem a propriedade final da terra e tem direito a uma parcela do excedente gerado por essas empresas por meio de aluguel e taxas de gestão.

Esses casos demonstram como os coletivos da aldeia navegam ativamente nas relações com forças externas – governo, capital e empresas – para desenvolver parcerias estratégicas ao mesmo tempo que mantêm a autonomia coletiva. Em vez de receptores passivos de intervenção externa, esses coletivos exercem autonomia ao estruturar colaborações que servem a seus objetivos de desenvolvimento. A renda gerada pelos coletivos é usada para financiar projetos de bem-estar público, incluindo pensões, apoio social por meio de comitês de casamentos e funerais, sociedades de leitura e associações de idosos. Isso garante que os benefícios do desenvolvimento sejam compartilhados e ajuda a construir uma sociedade rural resiliente que é essencial para o projeto mais amplo da modernização chinesa.

Crônicas Rurais também ilumina contradições fundamentais dentro do desenvolvimento rural coletivo que ameaçam a sustentabilidade: dependência perigosa de líderes individuais (evidente nas dificuldades da Aldeia Xinqi após a aposentadoria do antigo secretário do partido), concentração da tomada de decisões dentro de pequenos coletivos de quadros sem participação suficiente das massas e acúmulo insustentável de dívidas – com Daba e Xinqi com obrigações de 48 milhões de yuans e 70-80 milhões de yuans, respectivamente. Embora o livro identifique esses problemas críticos, sua análise teórica de soluções sis-

³ Cheng Enfu, Wang Junxi, “Sobre os mecanismos e caminhos pelos quais as novas forças produtivas de qualidade capacitam o desenvolvimento de alta qualidade da nova economia coletiva rural” [论新质生产力赋能新型农村集体经济高质量发展的机理与路径], *Journal of Hebei University of Economics and Business* [河北经贸大学学报], n.º 3 (2025): 1-10.

temáticas é insuficiente. Lu Xinyu argumentou certa vez que a vantagem do socialismo na reorganização rural era sua capacidade de injetar diretamente recursos organizacionais do partido para fornecer apoio não mercantil para a reestruturação rural. Para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento rural após a retirada dos recursos para o alívio da pobreza, as organizações partidárias de base precisam funcionar como os agentes primários e forças motrizes para a reorganização social e econômica rural.⁴

Da prática local à ressonância global

Crônicas Rurais oferece mais do que uma documentação detalhada do desenvolvimento rural chinês – fornece conhecimentos relevantes para as lutas agrárias globais, com exemplos de aumento de renda, melhoria do bem-estar e renovação da coesão social nas aldeias estudadas. Os princípios da ação coletiva encontram um paralelo convincente nas lutas agrárias em movimentos do Sul Global, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil. A coautora do livro, Yan Hairong, visitou pessoalmente um acampamento do MST no norte do Paraná em 2015. Um relato detalhado do movimento pode ser encontrado no dossiê de abril de 2024 do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, *A Organização Política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil*.⁵ Por quatro décadas, o MST tem organizado camponeses em cooperativas para construir consciência política e poder material como parte de sua luta mais ampla por transformação social. Seus assentamentos apresentam agrovilas que reúnem famílias para coordenar a produção e socializar o trabalho doméstico através de cozinhas coletivas e círculos de cuidado infantil (cirandas).

O MST está agora se baseando na experiência de reforma agrária da China ao estabelecer uma Residência de Ciência e Tecnologia de Mecanização Agrícola junto com universidades e empresas chinesas. Também está introduzindo maquinário agrícola de pequena escala fabricado na China para agricultura

⁴ Lu Xinyu, *Rural e revolução: três obras sobre a crítica do neoliberalismo chinês* (edição revisada e ampliada) [乡村与革命：中国“新自由主义”批判三书（增订版）], Universidade Normal da China Oriental, 2024.

⁵ Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, *A Organização Política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil*, dossiê n.º 75, 16 de abril de 2024, <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-75-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra-brasil/>

familiar no Brasil.⁶ Embora os contextos políticos sejam diferentes, a lição subjacente é ressonante – a organização do campesinato em unidades produtivas coletivas é uma estratégia essencial para construir poder popular na luta pela soberania alimentar, reforma agrária e transformação social. Para estudiosos e ativistas envolvidos em lutas agrárias globalmente, as experiências em *Crônicas Rurais*, lidas ao lado das lutas de movimentos como o MST, fornecem inspiração política e conhecimento estratégico inestimáveis para as massas rurais do Sul Global.

⁶ “Máquinas chinesas chegam à UnB e Centro Brasil-China para Agricultura Familiar é inaugurado”, *Brasil de Fato*, 30 de novembro de 2024, <https://www.brasildefato.com.br/2024/11/30/maquinas-chinesas-chegam-a-unb-e-centro-brasil-china-para-agricultura-familiar-e-inaugurado/>.



Esta publicación se realiza con la licencia Creative Commons Atribución-No Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0). Un resumen legible de la licencia está disponible en <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.

WENHUA ZONGHENG (文化纵横) é uma revista proeminente de pensamento político e cultural contemporâneo na China. Criada em 2008, a revista publica edições bimestrais com artigos de um espectro amplo de intelectuais de todo o país, construindo uma plataforma para discussão de diferentes perspectivas ideológicas e valores na comunidade intelectual da China. A publicação é uma referência importante para os debates e desenvolvimento do pensamento chinês, em temas que vão desde a história antiga e a cultura tradicional da China até as atuais inovações e práticas socialistas, das importantes tendências culturais na vida social contemporânea às visões e análises chinesas sobre o mundo atual. O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e o Coletivo Dongsheng fizeram uma parceria com a Wenhua Zongheng para publicar uma edição internacional da revista, lançando duas edições por ano com uma seleção de artigos particularmente relevantes para o Sul Global.

Em chinês, a palavra 'Wenhua' (文化) significa tanto cultura como civilização, enquanto 'Zongheng' (纵横) significa literalmente 'verticais e horizontais', mas também alude aos estrategistas que, com diplomacia e alianças, contribuíram para a primeira unificação da China, há aproximadamente 2 mil anos. É impossível traduzir o título da revista ao português mantendo seu sentido e significado históricos. Por isso, decidimos manter a escrita do título em pinyin, como forma de lembrar aos nossos leitores e leitoras que a China possui uma história e cultura complexas, que são difíceis de navegar e traduzir, e que nosso projeto tenta construir pontes para esse entendimento.

文化纵横  tricontinental